

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CÂMPUS SÃO PAULO PIRITUBA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
ESPECIALIZAÇÃO EM HUMANIDADES — EDUCAÇÃO, POLÍTICA E SOCIEDADE

João Vitor Bortoleto

A classe média fardada: uma análise histórica das motivações do tenentismo

São Paulo

2021

João Vitor Bortoleto

A classe média fardada: uma análise histórica das motivações do tenentismo

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Câmpus São Paulo Pirituba, como requisito para a obtenção do grau de Especialista em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Vagner Luis da Silva

São Paulo

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Preparada pelo Serviço de Biblioteca e Informação do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo campus São Paulo Pirituba

Bortoleto, João Vitor

B739c A classe média fardada: uma análise histórica das motivações do tenentismo.
/João Vitor Bortoleto. -- São Paulo Pirituba, 2021.
57 p. : il. color.; 29,8 cm.
Bibliografia: p. 56-57.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)—Pós-Graduação em
Humanidades, Educação, Política e Sociedade do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus São Paulo Pirituba, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Vagner Luis da Silva

1. Ditadura. 2. Classe média. 3. Consciência de classe. 4. Ciência política. I. Silva, Vagner Luís. II. Título.

CDD – 981.063

João Vitor Bortoleto

A classe média fardada: uma análise histórica das motivações do tenentismo

São Paulo, 26 de maio de 2021

Prof. Dr. Vagner Luis da Silva
Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Vagner Luis da Silva
Orientador
IFSP

Prof. Dr. Rubens Arantes Correa
Avaliador
IFSP

Prof. Me. Danilo Amorim de Souza
Avaliador
IFSP

Para Maria Iva.

RESUMO

O trabalho tem por propósito entender o fenômeno do tenentismo — movimento militar de oposição aos governos da Primeira República a partir dos anos 1920 — à luz da conjuntura econômica, política e social do período. Procuramos delimitar o movimento como resultado das transformações que se cristalizaram na sociedade brasileira nas primeiras quatro décadas de regime republicano. O estudo baseou-se em um levantamento bibliográfico de historiadores, economistas e cientistas políticos para avaliar a conjuntura em questão, como a centralidade da política econômica em torno do café, o crescimento das forças oposicionistas, o rompimento do pacto oligárquico e o fortalecimento da ideologia intervencionista nos quartéis. Concluímos que é possível estabelecer relações entre a estrutura militar com a dinâmica de classes que se observa na sociedade, bem como tirar daí possíveis interpretações acerca dos limites do tenentismo.

Palavras-chave: Tenentismo. Primeira República. Positivismo. Militares.

ABSTRACT

The purpose of this work is to fully understand the phenomenon of *tenentismo* — a military movement in opposition to the governments of the First Republic from the 1920s — in the light of the economic, political and social conjuncture of the period. We aim to outline the movement as a result of the numerous transformations that crystallized in the Brazilian society in the first four decades of the republican regime. The investigation was based on a bibliographic survey of historians, economists and political scientists in order to assess this particular scenario, especially the centrality of economic policy around coffee, the empowerment of opposition forces, the disruption of the oligarchic pact and the strengthening of interventionist ideology in the barracks. It was identified that it is possible to establish an association between the military structure and the class dynamic that is observed in the society, from which further conclusions may be drawn on the boundaries of *tenentismo*.

Keywords: *Tenentismo*. First Republic. Positivism. Military.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Exportação e Participação no Mercado Mundial. Brasil e Colômbia (1915-1947).. 19

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Índice de Custo de Vida (1914 - 1930).....	26
Quadro 2 - Gastos Militares 1889-1930 (%).....	34
Quadro 3 - Efetivos Legais do Exército e da Marinha (1850-1930).....	36
Quadro 4 - Distribuição de Contingentes do Exército e da População em 1820 (%).	41
Quadro 5 - Estrutura do Corpo de Oficiais do Exército, 1889-1972 (%).....	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA	Estado da Bahia
DF	Distrito Federal
EUA	Estados Unidos da América
FED	Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos
MG	Estado de Minas Gerais
MT	Estado do Mato Grosso
PD	Partido Democrático de São Paulo
PE	Estado de Pernambuco
PIB	Produto Interno Bruto
PRR	Partido Republicano Riograndense
RJ	Estado do Rio de Janeiro
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SP	Estado de São Paulo
STM	Superior Tribunal Militar

SUMÁRIO

1	Introdução.....	11
2	A expansão econômica e a crise da Primeira República nos anos 1920	14
2.1	A conjuntura econômica do centro do capitalismo nos anos 1920 e seus reflexos ...	14
2.2	A expansão capitalista impulsionada pelo café e sua relação com a crise.....	18
2.3	A política de proteção ao café.....	23
3	As classes, as frações de classes e os militares na crise da República Velha.....	27
3.1	O rompimento do pacto federativo, complexificação social e crise nos anos 1920 ..	27
3.2	O debate quanto a tese do desprestígio do Exército na Primeira República.....	31
3.3	As causas da rebeldia militar: fatores políticos	37
3.4	A revolta dos oficiais de baixa patente	42
3.5	A contribuição ideológica para a revolta	47
4	Conclusão	53
	Referências	56

1 INTRODUÇÃO

Em 2018, quando esta pesquisa ainda não passava de uma vaga ideia, o cenário político brasileiro fora impactado pelo retorno dos militares aos cargos de governo. Isso não significou que até então a classe militar estivesse ausente dos debates públicos e da formulação de políticas em algum grau, mas já era notório que desde a redemocratização essa participação fora sendo minada, e os governos formados após a promulgação da Constituição de 1988 foram predominantemente compostos por civis. O ano de 2018, por sua vez, marca uma virada nesse afastamento militar do governo a partir da decisão do então presidente da República Michel Temer que, através do decreto 9.288 de 16 de fevereiro de 2018, estabeleceu a intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Alguns analistas da época julgaram que a decisão colocaria a questão da segurança no centro do debate da eleição presidencial daquele ano, favorecendo, portanto, o candidato mais alinhado ao tema. A partir da decisão de Temer, o Exército, por meio do então comandante militar do Leste, o general Braga Neto, passa a ter controle sobre as forças militares do Estado fluminense, respondendo diretamente ao presidente da República. Anos mais tarde, Braga Neto seria uma das principais figuras do novo governo que seria eleito em 2018, chegando a ocupar o cargo de ministro da Casa Civil.

A participação militar nos governos é algo presente na história das repúblicas latino-americanas e frequentemente interpretada como uma característica negativa por analistas do norte global. O fenômeno do caudilhismo nesses países, onde uma liderança militar (ou sob o apoio militar) toma a frente dos processos políticos, sempre foi visto com muita desconfiança e sinal de fraqueza dos regimes da América do Sul. Essa interferência, portanto, já se tornou sinal de “tradição política” da região na interpretação de muitos estudiosos que se pautam pela premissa, que vigora em grande parte dos países da Europa e do norte global, do necessário afastamento das forças armadas das questões de governo. O histórico brasileiro prova que a intervenção militar pode garantir tanto a manutenção do sistema político – como pôde ser observado nos eventos que antecederam a posse de Juscelino Kubitschek – quanto a sua instabilidade e possivelmente queda, a exemplo dos processos disruptivos revolucionários da Proclamação e da Revolução de 1930, e também o seu inverso, como fora no golpe cívico-militar de 1964.

Sendo, portanto, a intervenção militar um problema que persiste na história da República brasileira – ainda mais quando consideramos que esta República nasce de uma intervenção desse tipo –, a presente pesquisa buscou se debruçar sobre as circunstâncias que levaram à insurreição militar ocorrida na década de 1920 e que ficou popularmente conhecida por “tenentismo”. A princípio podemos denotar que os fenômenos da interferência militar estão associados a contextos de crise enfrentados pelos regimes, e no caso do nosso tema em particular, a crise toma sua face mais aguda ao final da década, coincidindo com a queda do regime e a chegada ao poder das forças políticas da Aliança Liberal, encabeçadas por Getúlio Vargas e apoiadas pelo alto comando das Forças Armadas. Porém, como este trabalho pretenderá elucidar, veremos que as circunstâncias que mobilizam o levante dos jovens tenentes contra o regime têm vínculos com a conjuntura da qual os atores e grupos aqui analisados estão inseridos, não podendo, portanto, fazer grandes paralelos com outros levantes dessa natureza, dado que as demandas dos setores envolvidos são muito particulares ao contexto que atravessam.

Desta maneira, esta pesquisa pretendeu analisar as condições políticas, econômicas e sociais que permitiram o aparecimento do tenentismo, movimento que se coloca contra as oligarquias políticas do “café-com-leite” na Primeira República dos anos 1920. Trata-se, portanto, de um estudo de História, mais propriamente de História Econômica, que não deixará de observar todos os aspectos concernentes à vida social que ajudaram a configurar esse fenômeno. A escolha do tema, portanto, respeitou tanto a atual conjuntura política na qual a pesquisa atravessa, quanto o problema observado na sociedade estudada, a saber, a participação militar nas questões de governo, seja pela manutenção ou pelo desequilíbrio dos regimes dos quais o segmento militar interveio. Logo, trata-se de um recorte de um problema que se tornou comum e frequente na história da República brasileira. A pesquisa nos revela que as discussões em torno desta participação são cíclicas, havendo idas e vindas no que concerne a intervenção do “partido de farda” nas questões governamentais. Os primeiros quarenta anos do regime republicano no Brasil nos dão um prelúdio desses deslocamentos dos militares em relação às questões da política, e do papel imprescindível que a sociedade civil teve no decorrer desse ciclo, seja ajudando a afastá-los ou o seu contrário.

Analisaremos, portanto, o cenário macroeconômico do período para tentarmos compreender o enfraquecimento da Primeira República e as razões dos setores oposicionistas. Porém, também buscaremos adentrar nos aspectos relativos aos militares, como sua estrutura interna, sua formação e sua ideologia, para nos familiarizar com as motivações da revolta dos

jovens tenentes. Pretendemos, por meio destes dois movimentos, analisar o tenentismo sob as conjunturas e estruturas, econômicas e sociais, do período, bem como a sua relação com as transformações da qual a sociedade passava. A análise, portanto, partirá do contexto macroeconômico global e irá reduzir seu foco paulatinamente, até chegar às questões particulares aos militares na crise da Primeira República.

O trabalho constou de uma exploração por publicações de historiadores e economistas, professores e pesquisadores, com especial destaque para os trabalhos dos historiadores Nelson Werneck Sodré e Boris Fausto, o cientista político e também historiador José Murilo de Carvalho, e dos economistas Wilson Cano e Frederico Mazzucchelli. A partir dos trabalhos dos três primeiros pudemos iniciar a reconstituição dos militares em meio aos eventos dos anos 1920. A obra clássica de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (1959), foi a base da discussão com os economistas acerca das ações do Estado sobre o mercado de café e sua relação com a política cambial e a crise do pacto federativo intraoligárquico. Trata-se, portanto, de um trabalho exploratório sobre as áreas de Economia e História e de suas respectivas discussões e contribuições concernentes aos anos 1920, observando os militares sob as condições sociais que se impunha naquele período, como a expansão das capitais, o processo inflacionário e a criação e fortalecimento da oposição das classes médias urbanas ao regime republicano instalado. Como pesquisa bibliográfica que se propõe, buscou-se sistematizar as causas ressaltadas pelos autores aqui estudados que levaram ao levante militar tenentista, com especial atenção para as razões de ordem econômica.

2 A EXPANSÃO ECONÔMICA E A CRISE DA PRIMEIRA REPÚBLICA NOS ANOS 1920

2.1 A CONJUNTURA ECONÔMICA DO CENTRO DO CAPITALISMO NOS ANOS 1920 E SEUS REFLEXOS

Os anos imediatamente posteriores ao fim da Primeira Guerra mundial ficaram marcados pela desestabilidade das finanças internacionais, que pode ser observado na súbita variação dos preços e, conseqüentemente, das transações internacionais. Isso se devia, sobretudo, ao novo cenário econômico que se abria com o fim da guerra que se deflagrou na Europa (1914-1918). Tratava-se de um contexto completamente novo e inesperado, distinto do que estava estabelecido antes do conflito, com a hegemonia britânica de mais de um século sob o capitalismo internacional sendo posta em xeque pelo crescente protagonismo dos norte-americanos.

As quatro décadas que marcam a transição do século XIX para o XX (1881-1920) registram um rápido e vertiginoso crescimento da produção dos Estados Unidos, principalmente em função da expansão das terras cultiváveis, da absorção dos avanços tecnológicos da Segunda Revolução Industrial sobre as linhas de produção e do acelerado crescimento da mão de obra assalariada, impulsionada tanto pelo fim do trabalho escravo, quanto pela imigração oriunda de uma Europa em crise deflacionária. Essa expansão comercial dos Estados Unidos fora financiada, principalmente, por crédito e capital britânicos, mas fomentada, sobretudo, pelo grande mercado interno estadunidense. Isso implicou numa ampliação bastante considerável das reservas cambiais dos Estados Unidos, colocando-o numa situação de extremo privilégio durante a Primeira Guerra mundial, mais especificamente no papel de principal fornecedor de bens, serviços e crédito para uma Europa imersa num conflito armado (Mazzucchelli, 2009, p. 191).

O pós-guerra na Europa concentrou-se na recuperação do capital destruído. Além das milhões de vidas perdidas, as economias da Europa central e do leste europeu observaram um encolhimento médio de 30% em 1920 se comparada com a situação de 1913. A produção industrial desses países fora igualmente prejudicada: os índices de 1925 demonstram uma queda de 23% na Hungria, 5% na Áustria e na Alemanha e 37% na Polónia¹. Essa reconstrução

¹ Índices com referência na produção industrial do ano de 1913 nos respectivos países.

demandou por parte dos países europeus um exponencial aumento com os gastos de importação e, naquela altura, somente os Estados Unidos estavam capacitados a oferecer os bens e serviços necessários, além de capitais e empréstimos (Saes e Saes, 2013, p. 323-328).

Já no contexto norte-americano, o fim da guerra implicou numa forte contração dos gastos do governo, o que, por sua vez, acarretou num substancial declínio da dívida e num superavit das contas públicas. Apesar da deflação provocada pela contração dos gastos governamentais em 1920 e 1921, sentida tanto na Europa quanto nos EUA, a partir de 1922 os norte-americanos experienciam a retomada do crescimento, que derrubou, por sua vez, as taxas de desemprego no país em pelo menos 9% entre 1921 e 1926. A reconstrução da Europa parecia mais favorável à conjuntura econômica americana do que foi o período da Primeira Guerra, uma vez que houvera redução da carga tributária – juntamente com a redução das despesas militares do governo – e aumento da arrecadação proporcionada, sobretudo, pelas exportações para o velho continente conjuntamente à expansão de seu mercado interno (Mazzucchelli, 2009, p. 199-201).

Esse incremento econômico dos Estados Unidos foi puxado, sobretudo, pela indústria, que teve um crescimento de 88% entre 1920 e 1929. O setor que mais vinha se ampliando era o de bens duráveis, como eletrodomésticos e automóveis, principais produtos americanos com forte inserção no mercado internacional. Por sua característica de forte valor agregado, vários outros ramos da economia também foram impactados positivamente, como é o caso do energético, de extração e petroquímico, fundamentais para o desenvolvimento econômico em suas diversas áreas, mas em especial para a indústria. Outras ramificações também foram fortemente beneficiadas pela expansão experienciada nos anos 1920, como é o caso do setor bancário, ajudado pela queda dos juros domésticos e pelos empréstimos que fazia junto a países do exterior; e da construção civil, favorecido tanto pela expansão do crédito interno quanto pelo incremento dos salários dos trabalhadores (Mazzucchelli, 2009, p. 201). O único ramo que ficou de fora desse avanço da economia norte-americana foi a agricultura, afetada, principalmente, pela rápida recuperação desse setor na Europa (Saes e Saes, 2013, p. 336-338).

Se para os Estados Unidos a situação era positiva na maioria dos setores da sua economia, a Europa em reconstrução dos anos 1920 não experienciava tal crescimento. Eric Hobsbawm aponta que mesmo após a normalidade causada pela estabilização das economias na segunda metade da década, o desemprego, em geral, continuou alto, entre 10% e 12% no Reino Unido, Alemanha e Suécia, e entre 17% e 18% na Dinamarca e na Noruega. A década também fora marcada pela acentuada queda dos preços dos produtos primários, o que, na visão

de Hobsbawm, revela que a produção da época não acompanhava a demanda. Com a depressão que se instalou na virada para a década seguinte, os preços desses produtos caíram ainda mais, mesmo com as políticas de estoque promovidas pelos países exportadores de bens primários; prejudicando, desta forma, os países da periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil (Hobsbawm, 2012, p. 95-96).

Os economistas Alexandre e Flávio Saes apontam que se antes da guerra a participação industrial estadunidense chegou a aproximadamente 36% de toda a produção deste setor no mundo, frente a 14,3% da Alemanha e 14,1% da Inglaterra; o cenário muda substancialmente no período posterior à Primeira Guerra, passando os americanos a representar pouco mais de 42% desse tipo de produção entre 1926 e 1929, diante de 11,6% dos alemães e 9,4% dos ingleses. O mesmo pode-se dizer sobre as reservas de ouro em poder dos governos. Se em 1913, os EUA possuíam 26,6% de todo o ouro controlado pelos governos no mundo, essa soma tem um aumento de 19,1% até 1924, chegando a um total de 44,4% de toda a reserva de ouro sob algum tipo de controle governamental. É fácil compreender, portanto, que a nova conjuntura econômica do Entreguerras não era a mesma do momento que antecedia o conflito, no qual a Grã-Bretanha possuía papel mais central no sistema financeiro e produtivo internacional (Saes e Saes, 2013, p.333-335).

A questão das reservas de ouro era imprescindível para aquele período, uma vez que as principais moedas tinham lastro justamente nesse metal. Segundo os economistas, tendo os Estados Unidos a maior parte dessas reservas, os países que aderiram ao padrão-ouro – que fora reestabelecido nos anos 1920 pelas principais potências – dependiam, para controlar a inflação em suas economias, dos empréstimos feitos pelos americanos. Por se tratar de um novo período no qual tentava-se resgatar uma política de baixa intervenção estatal na economia, os empréstimos feitos à Europa partiam, sobretudo, de instituições financeiras privadas norte-americanas, que concediam aos governos dos demais países créditos de curto prazo. Este foi o caso do plano Dawes, que concedeu empréstimos aos alemães visando tirar proveito do plano de recuperação econômico do país logo após o fim do conflito (Saes e Saes, 2013).

Porém, o novo padrão-ouro causara fortes desequilíbrios financeiros nas potências europeias. A Inglaterra, ao parear a libra em relação ao ouro nos moldes anteriores à Primeira Guerra, visando, com isso, reestabelecer a hegemonia de sua moeda no sistema financeiro internacional, experimentou, na realidade, uma forte queda de suas exportações em função da sobrevalorização da moeda, incompatível com o novo cenário e a realidade financeira dos demais países. A França, por outro lado, subvalorizou o franco, o que favoreceu suas

exportações e ampliou suas reservas de ouro na segunda metade da década de 1920. O sistema monetário, porém, iria entrar em completo desequilíbrio quando os Estados Unidos decidem aumentar os juros em 1928 para impulsionar o crescimento das bolsas, isso reduziria a entrada de capitais norte-americanos na Europa e impactaria diretamente os países que tentavam assegurar sua paridade ao ouro, provocando, por parte destes, um recrudescimento das políticas protecionistas que visavam, principalmente, a retenção de reservas nos seus mercados (Saes e Saes, 2013, p. 342-345).

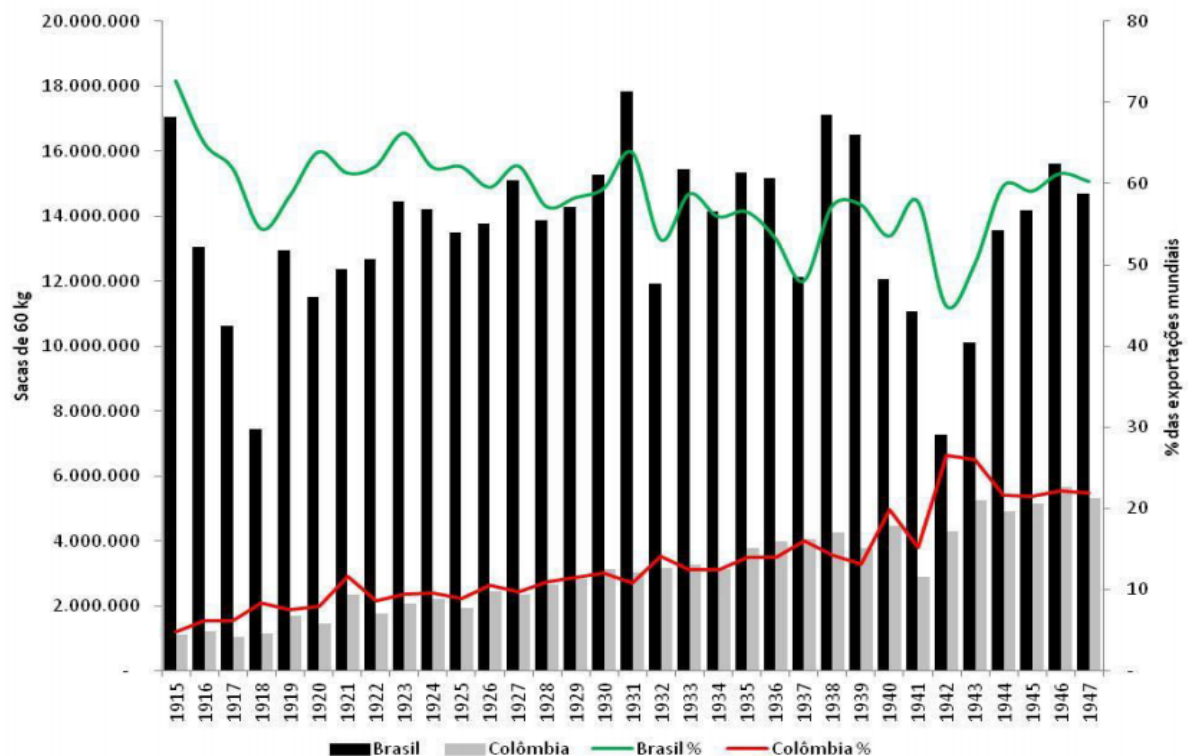
Essa contração dos empréstimos norte-americanos foi fulminante para os países que dependiam dessas reservas para custear as importações e estabilizar suas moedas, como foi o caso da Alemanha. Como bem demonstra Frederico Mazzucchelli, o contexto dos anos 1920 foi marcado por uma política protecionista por parte dos norte-americanos, que não percebiam o papel central que desempenhavam para o equilíbrio das finanças internacionais. Ao tentarem socorrer seu mercado interno, enfraquecido nos anos finais da década de 1920 pela queda da produção agrícola e, posteriormente, da demanda industrial, o resultado foi o forte impacto sobre outros mercados que dependiam de sua economia para se manterem. A única saída para esses países dependentes foi o abandono do regime do padrão ouro e a tomada de políticas protecionistas que visavam garantir a estabilidade econômica interna.

A assimetria entre a economia norte-americana e dos demais países foi, segundo Hobsbawm, a principal causa da grande depressão que se instalou no começo da década de 1930 (Hobsbawm, 2012, p. 103). Os Estados Unidos, na década de 1920, importava cerca de 40% de todas as exportações dos 15 países que mais comercializavam no mundo, sendo a maior parte desses matérias-primas. Isso revela o grau de dependência dos países para com a economia norte-americana (Hobsbawm, 2012, p. 101-102), e o padrão-ouro reestabelecido nesse período só poderia ser sustentado a partir das negociações com os americanos. A expansão do crédito na economia americana, as limitadas ações do Banco Central dos EUA (FED) no controle desse setor e o aumento da inadimplência, causada, sobretudo, pela falência do setor agrário e pela política de expansão dos lucros via arrocho salarial fora, segundo nosso historiador, a principal causa da desaceleração das atividades internas da economia americana no final dos anos 1920. A produção internacional, por sua vez, não acompanhou a redução da demanda e o mundo entrou, assim, na grande depressão dos anos 1930 (Hobsbawm, 2012, p. 104-105).

2.2 A EXPANSÃO CAPITALISTA IMPULSIONADA PELO CAFÉ E SUA RELAÇÃO COM A CRISE

Na esteira do avanço econômico dos Estados Unidos nos anos 1920, o Brasil também experimentava uma expansão de sua economia, que era impulsionada, fundamentalmente, pelo café. Evidentemente que o café não era o único produto de exportação, mas inegavelmente era o mais importante na virada do século XX e ao longo da Primeira República. A estruturação da economia em torno dessa *commodity*, que teve seus preços alavancados no final do século XIX (Sodré, 1985, p. 11), foi o que deu sustentação ao primeiro regime republicano do país, concedendo um poder incomparável às elites que comandavam esse setor, mais especificamente as de Minas Gerais e São Paulo.

Segundo levantamento elaborado pelos historiadores Tosi e Faleiros, o Brasil controlava em torno de 60% do mercado mundial de café nos anos 1920, fazendo com que tal domínio sobre esse setor lhe garantisse a possibilidade de controlar o preço do produto no mercado internacional (Tosi; Faleiros, 2017, p. 18 e 24). Eram os agricultores de café desses dois Estados da federação que detinham o oligopólio sobre um produto mundialmente consumido. Porém, um dos fatores externos que atrapalharia a eterna ambição dos cafeicultores sobre a República seria a entrada dos colombianos nesse mercado, retirando assim ao menos parte do controle que paulistas e mineiros exerciam sobre o preço do produto no mercado internacional (Tosi; Faleiros, 2017, p. 28). Veremos mais adiante como que se operou a política oligopolista dessas elites sobre o café e a participação fundamental do Estado nesse processo.

Figura 1 - Exportação e Participação no Mercado Mundial. Brasil e Colômbia (1915-1947)

Fonte: Tosi e Faleiros. O café no Brasil: Produção e Mercado Mundial na Primeira Metade do Século XX, p.18. Com base em: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE 1948. Superintendências de Serviço do Café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, 1948.

A primeira república é inegavelmente marcada pelo avanço das atividades comerciais e do agronegócio no mercado internacional, fator esse que favoreceu o processo de incrementação da indústria e da infraestrutura, e, conseqüentemente, das cidades — o que Sodré chamou de “avanço das forças capitalistas” (Sodré, 1979, p. 186). Porém, a incrementação urbana foi mais sentida no sul do país, em especial nas capitais ligadas ao complexo cafeeiro, no caso Minas, Rio de Janeiro e São Paulo. Para termos a dimensão do incremento urbano, a capital paulista, que em 1919 tinha pouco mais de 550 mil habitantes, possuía, ao final da década seguinte, em torno de 900 mil, com 1/6 destes trabalhando no setor industrial (Cano, 2012, p. 901-904).

Essa expansão comercial, experienciada nas primeiras duas décadas da República, começa a encontrar seus limites justamente a partir de 1920. Como veremos mais adiante, os Estados desvinculados do complexo cafeeiro passam a se ver prejudicados pelas políticas de proteção ao café. Assim como nos EUA, a recuperação do setor agrário europeu também

desestabilizou o crescimento do setor agroexportador, embora a inserção do café no mercado mundial permanecesse estável dada a característica “quase monopolística”, conforme salienta Tosi e Faleiros, do Brasil sobre esse mercado. Como demonstra Cano, os agroexportadores desses Estados experienciam uma sensível queda de suas exportações se comparadas com a década anterior (1910-1919), em que puderam se beneficiar da instabilidade da Europa (Cano, 2012, p. 900-901). Apesar disso, a economia cafeeira, que tinha São Paulo como controladora de mais de 65% de sua produção, teve um substancial crescimento, superior a 50%, entre os anos de 1920 e 1922. Por ser a controladora majoritária do principal produto de exportação do país, que não obtivera as baixas que os preços de produtos agrícolas sofreram naquela década, São Paulo mantinha-se à frente no processo de incrementação industrial e urbana e no controle político da Primeira República.

Em artigo a respeito da formação política de Vargas, Pedro Fonseca ilustra o crescimento da economia do Rio Grande do Sul e a entrada de capital estrangeiro (no caso, americano) nessa região, justamente num contexto de desenvolvimento de sua infraestrutura comercial. Esses fatores permitiram uma maior integração econômica da região Sul com mercados do centro econômico do país e de suas respectivas capitais (Fonseca, 1999). Esse cenário de expansão e integração capitalista, sentida através do aperfeiçoamento técnico, estabelecia o contexto que contribuía para a formação de um espírito progressista e modernizante. O Sul e Sudeste foram as regiões do país que mais cedo desenvolveram as estruturas econômicas e sociais que deram maior facilidade à produção e ao escoamento de bens e mercadorias, o que contribuiu na integração de seus mercados. Furtado compreende que a organização social dessas regiões se transformou rapidamente na virada para o século XX em função da influência e expansão do trabalho assalariado nas plantações de café e nos centros urbanos, e da pequena propriedade agrícola na “região de colonização das províncias meridionais” (Furtado, 2007, p. 246). Vargas formou-se e fez sua carreira política exatamente nessa conjuntura de desenvolvimento econômico do sul brasileiro. Com uma formação fundamentada numa lógica modernizante que vislumbrava o avanço das atividades capitalistas pelo território, em especial do setor industrial, Vargas é um dos principais idealizadores do pensamento dito desenvolvimentista, que até hoje constitui uma política econômica persistente e com vários adeptos no Brasil.

O avanço do capitalismo brasileiro se devia fundamentalmente ao café, que, a partir do seu acúmulo, fruto de sua boa inserção no mercado internacional, forneceram as bases para o desenvolvimento das estruturas capitalistas (industriais e comerciais) do país. Para Furtado, a

expansão das terras cultiváveis, da mão de obra e do crédito possibilitaram a expansão da cultura cafeeira a partir do final do século XIX (Furtado, 2007, p. 251-252). Como salienta Fausto e Cano, a indústria da Primeira República estava atrelada, direta ou indiretamente, ao setor agrário dos cafeicultores. Esse foi um fator fundamental para que São Paulo estivesse numa situação muito mais vantajosa em comparação com as demais regiões (Cano, 2012, p. 900), deflagrando, no momento de crise do regime, o que Fausto denomina de “ressentimentos regionais”. Em trecho destacado de sua obra, é possível constatar a centralidade política em torno do café e a discussão quanto a pertinência do sacrifício de todos os Estados em prol da ajuda aos produtores paulistas. Enquanto os deputados da Câmara Federal discutiam, no auge da crise de 1930, a respeito de um “requerimento de informações ao governo acerca das medidas tomadas para enfrentar a crise”, as desavenças regionais quanto à prioridade dada aos paulistas ficavam patentes (Fausto, 2010, p. 131-133).

O desenvolvimento de setores econômicos ligados ao complexo cafeeiro, salienta Cano, como a “indústria, os bancos e o comércio” já produziam “massas econômicas muito próximas à da produção e exportação cafeeira” nos anos 1920. Esse novo contexto colocava em xeque a hegemonia dos barões do café no que se refere a gestão de seus interesses pelo Estado e fazia emergir no cenário político novas forças. Como alegoriza Cano, “os ‘filhos’ do café haviam crescido” e tentavam “garantir sua maturidade e conquistar sua autonomia”. Porém, acrescenta, tal processo modernizante ainda não se constituía como uma efetiva industrialização em seu sentido pleno, “dado que essa indústria”, consolidada a partir do capital cafeeiro, “era subordinada pelo setor exportador” (Cano, 2012, p. 910-912). Ou seja, tratava-se de uma indústria refém dos acordos tácitos estabelecidos pelo capital exportador, o que lhe restringia à característica de indústria mercantil, sem pretensões exportadoras e voltada ao mercado interno brasileiro.

O avanço das forças produtivas brasileiras sobre o território nacional e os mercados externos teve seu ápice na Primeira República nos anos da década de 1910, beneficiado, especialmente, pela situação da Europa que dizimara suas linhas de produção ao longo da Primeira Guerra. Esse crescimento, porém, começa a sentir uma contração na década seguinte. Ao passo que o avanço da economia era sustentado pela atividade cafeeira, os demais setores passariam a sofrer com períodos de retração tanto em função da produção ou dos preços praticados no mercado. Como dito anteriormente, com exceção dos produtores de café, o setor agroexportador sofreu solavancos nos anos 1920 (Cano, 2012, p. 900-901) e a produção industrial brasileira também passou por anos de redução de sua produção. Como observam

Cano e Fausto, o crescimento desses dois setores na década de 1920 fora menor em comparação com a década anterior. Os dados levantados por Fausto, por exemplo, comprovam que enquanto a produção da indústria expandiu, em valores nominais, 212% entre 1914 e 1919, houve uma retração deste mesmo índice nos dez anos seguintes (1920-1929), com um crescimento de 117%, o que representaria pouco mais da metade do avanço que se observou nos cinco anos anteriores. Ressalta-se que houve crescimento do investimento industrial nessa fase, mas também houvera retração da produção do setor a partir de 1924, recuperando-se apenas nos anos finais da década (Fausto, 2010, p. 39).

É desta forma que as incongruências em relação as políticas econômicas do Estado vão se tornando cada vez mais agudas e a centralidade em torno do café e dos interesses paulistas passa, paulatinamente, a ser questionada pelos demais produtores. Acompanhando alguns autores da macroeconomia que estudam esse período, a cientista política Maria Forjaz chama a atenção para a política de desvalorização cambial adotada pelos países agroexportadores, como o Brasil e demais da América Latina (Forjaz, 1976, p. 62). Essa medida protecionista visava a manutenção das exportações, mas se contrapunha aos interesses dos setores econômicos que ampliavam seus negócios e se integravam cada vez mais aos mercados do território nacional, como é o caso dos produtores da região Sul do Brasil. Em suma, esses capitalistas voltados ao mercado interno do país se beneficiaram do período de expansão das exportações que ocorreram na primeira república, fazendo com que sua participação sobre o PIB fosse muito maior ao fim da década de 1920 em comparação com as décadas anteriores (Cano, 2012, p. 910). Mas, como salienta Furtado em capítulo acerca da transição para o regime republicano, havia uma contraposição de interesses quanto a política cambial enquanto mecanismo de proteção das exportações, pois a sua manutenção comprometia os setores da economia que dependiam das importações para desenvolver-se, em especial de bens de capital. E fato é que essas forças que se contrapunham a desvalorização cresceram ao longo do regime republicano, destacando-se as classes médias urbanas, os produtores agrícolas do mercado interno e, na concepção de Furtado, os nascentes grupos industriais que dependiam da importação de bens de capital (Furtado, 2007, p. 248). Por outro lado, as indústrias já bem consolidada dos anos 1920, que não dependiam de importações, se beneficiavam da desvalorização cambial, em função de que ela acabava sendo um mecanismo de proteção contra as importações. É o caso, por exemplo, da indústria têxtil, o maior ramo do segundo setor naquele período (Suzigan, 1971, p. 94, 104).

2.3 A POLÍTICA DE PROTEÇÃO AO CAFÉ

Ao se debruçar sobre a escolha do presidente Washington Luiz de se recusar em oferecer o apoio ao setor cafeeiro no contexto do *crash* de 1929, Bueno explica de forma mais detalhada como se estruturou a política de proteção ao café e quais foram seus instrumentos, bem como o papel do Estado nesse contexto. Sua explicação parte de uma análise “neoinstitucionalista”, que tem como premissa de análise a organização institucional em favor das transações. Ele compreende que o arranjo em torno das políticas valorativas do café tem como principais agentes duas importantes instituições da Federação, que objetivavam aperfeiçoar o mecanismo de transações em benefício dos produtores locais. Esse seria o caso da União e do Estado de São Paulo, que promovem uma aliança desde a primeira década do século XX visando viabilizar manobras que valorizassem artificialmente os preços do café no mercado mundial, dando, assim, garantias aos produtores e ampliando, ao mesmo tempo, os seus lucros nas negociações junto ao mercado internacional, que era representado nas figuras dos exportadores (Bueno, 2007).

Ao fazer um levantamento de algumas interpretações de economistas acerca da política de proteção ao café, Bueno reconhece que ficou estabelecido um relativo consenso entre eles quanto a pertinência das medidas e do aproveitamento delas por diversos setores econômicos, dentre eles a indústria (Bueno, 2007; p. 444), concordando assim com a visão de Fausto sobre a inexistência de uma suposta contradição ou conflito de interesses entre industriais e latifundiários, do qual, segundo Fausto, é majoritariamente defendida pela corrente marxista (Fausto, 2010, p. 16). Furtado, por outro lado, critica as políticas valorativas em função de que elas atendiam de forma momentânea e artificial a sustentação do preço do café no mercado internacional, mas que, ao mesmo tempo, não resolvia a causa do problema, no caso o aumento da produção que não era acompanhado pela demanda; a política, ao seu ver, postergava o problema da oferta (Furtado, 2007, p. 256-258).

Mas no que consistia a política de proteção ao café? Basicamente ela foi uma série de operações valorizadoras que buscavam aprimorar a capacidade de retenção dos estoques, permitindo assim que os produtores tivessem maior poder de barganha, por meio de um maior controle da oferta junto a importadores e exportadores internacionais. Antes dessas operações, nos conta Bueno, dado o alto custo de manutenção dos estoques e a incapacidade dos produtores de financiar todo esse capital logístico, o preço do produto era controlado pelos agentes exportadores. O Estado de São Paulo, portanto, visando defender os cafeicultores, custeou a

primeira operação valorizadora em 1906 a fim de “reduzir o grau de especificidade do ativo [como custo de estocagem e transporte] de modo a aumentar seu poder de fixar o preço ante os exportadores” (Bueno, 2007; p. 447). Ou seja, tratava-se de um programa de fomento à infraestrutura do produto, que permitiria controlar o escoamento da mercadoria afim de alterar a sua oferta no mercado.

Dado o sucesso da primeira operação – que contou com financiamento internacional obtido pelo Estado paulista –, a União contribui no financiamento das duas operações valorizadoras seguintes, que ocorreram em 1917 e 1921. Tais operações permitiram uma significativa redução da capacidade de controle dos preços por parte dos exportadores, o que fez com que a política se tornasse permanente nos anos 1920 (Bueno, 2007; p. 443, 449). Em 1929, porém, Washington Luiz libera as exportações da mega safra daquele ano, decidindo com isso não custear um novo plano de valorização e deixando a cargo exclusivamente dos paulistas. Segundo Bueno, o presidente visava, sobretudo, evitar uma nova desvalorização cambial que pudesse desgastar a imagem do candidato da situação, Júlio Prestes, além de ser uma medida cautelar para com os gaúchos, que tinham grande parte da sua economia voltada ao mercado interno. Vargas, então governador do Estado do Rio Grande do Sul, foi favorável a decisão do presidente (Bueno, 2007, p. 450-452).

A perda de apoio do regime por parte dos próprios paulistas foi algo mencionado por Boris Fausto (Fausto, 2010, p. 129). Porém, é temerário acreditar que a queda do regime se deve a uma circunstância tão específica como a retirada do apoio dos cafeicultores paulistas, conforme defendida pela interpretação de Bueno na conclusão de seu artigo (Bueno, 2007, p. 453). Essa concepção monocausal levanta muitas dúvidas, principalmente quanto a racionalidade da decisão do presidente Washington Luiz em abrir mão dos seus principais apoiadores como “uma medida cautelar frente aos gaúchos”, dado que desde o início da década de 1920 o Partido Republicano do Rio Grande do Sul (PRR) não fazia questão de esconder sua crescente oposição aos paulistas em suas políticas econômicas. Como este trabalho deixará claro, já havia forças oposicionistas se espalhando pelo país e o tenentismo era um sintoma do enfraquecimento do regime. A própria política de proteção ao café, por mais que acertada segundo uma leitura *a posteriori* dos economistas, não apaga o fato de que ela gerava descontentamentos de outros Estados quanto a prioridade que a União dava aos paulistas. A perda do apoio dos paulistas se soma a uma série de outras situações que vinham se desenhando desde o início da década de 1920 e que, por sua vez, enfraqueciam o governo, conforme procuraremos enumerar neste trabalho.

O principal impacto da política de proteção ao café era sobretudo no câmbio. Na verdade, podemos tratá-la como uma genuína política cambial, ainda mais num contexto no qual não havia muitos mecanismos de controle sobre o valor da moeda. Como bem lembram os historiadores Tosi e Faleiros, com base nos estudos de Malchiona Saes, a questão do café se torna essencial para o governo justamente em função de seu impacto sobre o valor da moeda e dos equilíbrios das contas externas (Tosi e Faleiros, 2017, p.8). As medidas de proteção buscavam, fundamentalmente, manter o preço da principal *commodity* brasileira elevado, isso era uma forma de atrair reservas para o país e, assim, manter a moeda estável. O problema, como já mencionado acima, é que dada a alta competitividade internacional por reservas e a política protecionista dos EUA, a desvalorização da moeda era um mecanismo usado por diversos países, inclusive do centro da Europa, para aquecer suas exportações e manter seus produtos atraentes no mercado (Saes e Saes, 2013, p. 345). A situação brasileira não poderia ser diferente enquanto nação de economia emergente e ofertando ao mercado produtos de baixo valor agregado, num cenário altamente competitivo e de crescente grau de protecionismo entre os países. Ainda pesava o fato de a medida de desvalorização cambial favorecer não apenas os exportadores de café – que podiam contar com uma medida especial na proteção dos preços de seu produto – mas a todos os demais agroexportadores que não contavam com o financiamento governamental ou com uma política de proteção específica.

O principal efeito da atração de reservas cambiais mediante elevação artificial no preço do café, junto com a desvalorização cambial como contrapeso às perdas de exportação e o custeio das operações valorativas por meio de empréstimos externos, foi o descontrole inflacionário registrado no período. Conforme levantamento de Boris Fausto a partir dos estudos de Roberto Simonsem, entre 1914 e 1930 o Brasil registrou uma elevação de 137% no seu índice de custo de vida; entre 1920 e 1929, esse aumento foi de 59%, registrando entre os anos de 1923 e 1924 o maior aumento da série, de 16,7% (Fausto, 2010, p. 125). Esse descontrole foi principalmente sentido nas cidades, região bastante dependente do mercado externo. Isso explica em parte o crescente descontentamento das classes médias urbanas com o governo e seu apoio aos militares rebeldes, dando, assim, popularidade ao movimento tenentista.

Quadro 1 - Índice de Custo de Vida (1914 - 1930)

Ano	Índice
1914	100
1920	163,8
1923	202,8
1924	236,6
1930	237,3

Fonte: Boris Fausto: A Revolução de 1930, p. 125. Com base em: Roberto Simonsen. Evolução Industrial do Brasil. Rev. dos Tribs., 1939.

Veremos, porém, que a política de proteção ao café se manteve mesmo com a instalação do novo regime a partir de 1930. Ela casava-se perfeitamente com a política de “crescer para dentro”, tomada nessa década, mas que no qual não fora propriamente uma escolha arbitrária do novo governo, e sim uma imposição da conjuntura econômica global, fundamentada no pensamento econômico em torno do *New Deal* nos Estados Unidos e das políticas de proteção à indústria nacional na Alemanha nazista. Com a grande depressão dessa década, a política de proteção passou a ser a regra, principalmente entre os países emergentes, que viram, por sua vez, a urgência de desenvolver a sua produção e infraestrutura interna. Por isso da corrida pelo desenvolvimento da indústria de base no Brasil, para que se possibilitasse o que os economistas chamam de “substituição de importações”, que no entender da economista Maria da Conceição Tavares, só começaria a se desenvolver a partir da segunda metade da década de 1930 (Tavares, 1998). Essas substituições eram tidas como fundamentais para tornar o país menos dependente dos mercados externos e menos suscetível à potenciais desequilíbrios cambiais.

3 AS CLASSES, AS FRAÇÕES DE CLASSES E OS MILITARES NA CRISE DA REPÚBLICA VELHA

3.1 O ROMPIMENTO DO PACTO FEDERATIVO, COMPLEXIFICAÇÃO SOCIAL E CRISE NOS ANOS 1920

Apesar da crise que se instala a partir do *crash* nas bolsas em 1929, a desestabilidade do regime dos cafeicultores começa muito antes disso e ocorre com a confluência de uma série de fatores de ordem econômica e social que se instalam no país ao longo da primeira república e que, por sua vez, se convergem ao final da década de 1920. Até o rompimento institucional de 1930, muitos fatores foram se arranjando nesta década para que desaguassem na Revolução. Para Forjaz, a união entre três fenômenos foi particularmente relevante: o rompimento intraoligárquico, comprometendo assim o pacto federativo; o fortalecimento do movimento tenentista, que vai conquistando popularidade ao longo dos anos; e a crise do sistema agroexportador oligárquico, que se manifesta no período pela política cambial e se agrava com o *crash* de 1929 (Forjaz, 1974, p. 61).

Para Cano, diferente do que comumente se pensa sobre rupturas institucionais na política, ou seja, que elas estariam necessariamente relacionadas a contextos de crise econômica; o desmantelamento da Primeira República se deve mais às mudanças na composição da sociedade, provocadas pelo avanço do acúmulo do capital cafeeiro, do que, propriamente, ao *crash* de 1929 e a estagnação do mercado mundial na década de 1930. Estes fenômenos apenas impõem o novo contexto a ser enfrentado pelos atores e tal contexto nada mais fez do que obrigar um novo rearranjo das classes e seus respectivos grupos sociais em torno do poder. Rearranjo este que, podemos dizer, só seria possível em função da complexificação social oriunda da modernização que o país atravessou no período da Primeira República (1889-1930).

Os novos atores sociais dos territórios marcados pelo avanço do capital industrial cumpriram um papel determinante no enfraquecimento do regime republicano dos cafeicultores. Com a expansão do comércio, alimentada, sobretudo, pelo avanço técnico nas linhas de produção e no escoamento de mercadorias, as estruturas econômicas do país se alteram, o capitalismo avança, os mercados se interligam e as relações pré-capitalistas do campo passam a ser contrapostas por novas ordens sociais que se estabelecem nas pujantes áreas

urbanas. Esse ambiente da modernidade, representado pelo espaço urbano, favorece a criação de novas ideias e, conseqüentemente, de novas forças políticas, conforme explica em artigo o economista Wilson Cano (2012) e pelo qual é corroborado pelo cenário descrito no livro de Nelson Werneck Sodré (1985).

A desestabilidade do regime começa a ser sentida nos primeiros anos da década de 1920, já havendo elementos econômicos que justificassem o fenômeno. Com a aproximação das eleições de 1922, forças de dentro da própria oligarquia latifundiária (que Fausto denomina por “fração de classe”) rompem com o *establishment* e apresentam uma candidatura própria, muito em função do descompasso que as estruturas econômicas e o controle do poder federal concediam aos paulistas. As elites do Rio Grande do Sul representadas no PRR (Partido Republicano Riograndense), em conjunto com lideranças de Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, formam o mais importante bloco oposicionista que até então se viu na Primeira República, encabeçado pelo ex-presidente Nilo Peçanha.

Não faltavam justificações para a oposição das elites agrárias do Rio Grande do Sul. Elas tinham um especial interesse econômico para se contrapor ao governo federal em função das políticas de valorização do café que, segundo Forjaz, “aumentavam a inflação e a instabilidade financeira”, provocando “uma diminuição da demanda do principal produto do estado, o charque”, especialmente consumido pelas classes populares, justamente as mais afetados pela inflação. Bahia e Pernambuco, por sua vez, se aliam à oposição em função do fracasso desses Estados em emplacar um candidato ao cargo de vice-presidente na chapa governista de Artur Bernardes (Forjaz, 1974, p. 64). Esse aspecto da conveniência política das elites é descrito por Fausto; o historiador observa que nos momentos dos pleitos as elites demonstravam as diferenças de interesses entre si, mas passada as eleições, elas se aglutinavam novamente em torno do poder do Estado, encabeçando entre si uma disputa pelos favores do governo federal (Fausto, 2010, p. 122).

A tese de Cano – que parte das categorias da dialética materialista de Marx – compreende que as mudanças promovidas pelo avanço do mercado de *commodities* na primeira república promoveram alterações significativas na infraestrutura² da sociedade e, por sua vez, acabaram impactando as relações políticas e ideológicas, ou seja, na superestrutura. Um aspecto importante mencionado por Cano que, segundo ele mesmo, corrobora com essa visão, diz respeito ao surgimento de organizações patronais da indústria que tinham claros interesses

² Cano aqui se refere aos conceitos de *infraestrutura* e *superestrutura* extraídos das obras de Karl Marx, que se referem, sinteticamente, às condições econômicas (ligados à produção) e sociais (políticas e culturais), respectivamente.

contrários à política que beneficiava o setor agroexportador ou, mais especificamente, o setor cafeeiro (Cano, 2012, p. 906).

Outro exemplo dessa transformação social provocada pela modernização urbana seria o surgimento de movimentos e organizações políticas, citadas por Sodré, como uma imprensa oposicionista de grande dimensão, bem como de organizações civis e militares contrárias ao regime e lotados nas principais áreas urbanas do país, o que demonstrava que a expansão das cidades e o fortalecimento da ideologia da pequena burguesia nesses espaços alteravam o cenário político do período. Para Sodré, o peso das estruturas econômicas herdadas do período colonial e fundadas em relações pré-capitalistas passava a encontrar resistência, em muitos de seus aspectos, por essas novas forças oriundas do desenvolvimento do capital urbano e industrial (Sodré, 1985, p. 10-14). Portanto, o fortalecimento das atividades econômicas capitalistas, com sua expressão máxima na indústria e no espaço urbano, foi imprescindível para essa transformação na “cultura política” da época, trazendo implicações irreversíveis ao regime.

Boris Fausto discorda de algumas das interpretações mais clássicas da historiografia, a começar pela colocação predominante entre os historiadores de que as novas forças econômicas advindas do desenvolvimento capitalista tenham imposto a ruptura com a hegemonia cafeeira. Para o autor, o rompimento dentro da própria elite teria sido o fator preponderante da revolução. Assim como Cano, Fausto reconhece que boa parte do capital industrial que se formava no Brasil estava atrelado à produção cafeeira e muitos desses “novos industriais” eram os próprios barões do café (Fausto, 2010, p.53), o que, segundo sua leitura, impossibilitaria que houvesse uma contraposição dos industriais às políticas do governo. Nesse sentido, Fausto se afasta da tese defendida por Cano de que “os filhos do café haviam se rebelado” já que – como ele constata numa análise *a posteriori* – mesmo depois da Revolução, a política de proteção do café seria mantida.

O trabalho de Fausto se compromete em descartar essa tese que predominou dentro da historiografia de que a Revolução de 1930 seria um movimento encabeçado pelos industriais em parceria com as classes médias e a pequena burguesia urbanas. Porém, ao fim de sua obra, o autor acaba reconhecendo a participação destas últimas na ruptura revolucionária por meio de sua aliança com as “frações de classe” oriundas das elites agrárias. Fausto interpreta que os setores desvinculados do café tiveram um importante papel dentro do movimento revolucionário, pois não se viam contemplados pela política econômica orquestrada pelo

governo federal e que, no caso, eram apenas submissos a ela, sendo esta a situação das elites gaúchas, que tiveram papel de destaque no processo disruptivo da Primeira República.

Afirma o historiador, por sua vez, que a indústria, que tinha caráter comercial e sem pretensões exportadoras, era subordinada ao capital agrícola e, no caso paulista mais propriamente, ligado ao capital cafeeiro (Fausto, 2010, p. 53). A análise de Cano, como mencionado acima, confirma essa característica de submissão da indústria ao capital agroexportador e sua concentração em São Paulo (Cano, 2012, p. 912). Porém, Cano ressalta que o avanço capitalista aprofunda a complexificação social, fazendo surgir novas ramificações na economia que não necessariamente estavam vinculadas aos interesses dos cafeicultores. E estariam atrelados a essas novas ramificações os setores médios das áreas urbanas, que viam seu custo de vida ser afetado pela política de desvalorização cambial que favorecia os agroexportadores e, como aponta Furtado, um pequeno setor industrial com capital já consolidado (Furtado, 2007, p. 248).

No caso brasileiro o avanço capitalista se dá com base na sustentação da política de proteção ao café adotada pelos governos Federal e de São Paulo, que manteve de forma artificial os preços elevados, mesmo com um forte crescimento da sua produção (oferta) e com a entrada do café colombiano na concorrência do mercado internacional. Podemos entender que tal política foi crucial para o crescimento das tensões intraoligárquicas, por um lado, já que a desvalorização da moeda enquanto mecanismo de manutenção da concorrência, somada às políticas protecionistas adotadas pelo Estado para ajudar a indústria nascente, desagradavam, em especial, agricultores desvinculados do capital cafeeiro (Fausto, 2010, 124-125). De outro lado, tal política atingira em especial os setores médios da população, mais dependentes do comércio e lotados nas áreas urbanas, pois outro fator preocupante que resultou da política de proteção ao café foi o aumento expressivo do custo de vida entre 1915 e 1930, evidenciado, segundo Fausto, pelo descontrole inflacionário que ocorrera no governo de Artur Bernardes, ou seja, justamente no “começo” do declínio do regime dos cafeicultores. Certamente que tal fator seria uma causa fundamental para a crescente revolta das classes médias e da pequena burguesia urbana, altamente dependentes do mercado interno e externo.

Vemos nesse aspecto, ou seja, na centralidade que o governo federal dava a política de proteção ao café, o cerne econômico do descontentamento crescente que, somado a outros fatores, vai provocar o isolamento cada vez maior da elite cafeeira com demais frações de classe, dentre eles temos outros setores da própria oligarquia agrária, principalmente do Rio Grande do Sul, as classes médias e, com especial atenção deste trabalho, os militares.

Concordando com Bueno, Fausto aponta que a quebra das bolsas em 1929 e a crise que se instalou a partir de então apenas terminaram por retirar a última base de apoio do regime, que era a dos próprios cafeicultores, diante de que o governo fora obrigado a abandonar a política de proteção do café para enfrentar a crise, causando assim um forte descontentamento entre os paulistas (Fausto, 2010, p. 129).

A astúcia de Vargas ao tomar o poder em 1930 e prosseguir com a política de proteção do café deu a ele um apoio momentâneo dos paulistas. Tratou-se de uma aliança provisória que seria rompida anos mais tarde, com a insurreição paulista contra o governo. Furtado compreende que, apesar da política de proteção não ter conseguido resolver os problemas crônicos da produção — como a hiperprodução que, cada vez mais, encarecia os custos das operações valorativas (de retenção do café nos estoques) — a mesma operação que garantiu a queima no governo Vargas foi fundamental pela rápida recuperação econômica brasileira, já que, por meio dela, foi possível manter os níveis de preços, emprego e renda da economia no início dos anos 1930. Segundo Furtado, essas ações, por mais que não resolvessem o problema da hiperprodução do café, permitiram que o Brasil se reestabelecesse mais rapidamente que os países centrais do capitalismo (Furtado, 2007, p. 271-272).

3.2 O DEBATE QUANTO A TESE DO DESPRESTÍGIO DO EXÉRCITO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Em trabalho publicado originalmente em 1965, Sodré argumenta que depois da saída de Floriano Peixoto, então sucessor de Deodoro da Fonseca, as elites latifundiárias se articularam para enfraquecer o Exército, tendo em mente que esta instituição possuía “uma política nacionalista” e, portanto, mais centralizadora em comparação aos interesses regionalistas gestados pelas oligarquias agrárias que controlavam os Estados (Sodré, 1979, p. 211). Sua interpretação se assenta numa leitura de que o Exército fora desprestigiado pelo poder executivo ao longo dos anos que se seguiram ao fim do governo de Floriano, o que ficaria patente, segundo Sodré, com a eclosão da Primeira Guerra e o completo desmantelamento e abandono que a instituição atravessava. Situação bem diferente encontrava-se, por sua vez, a Marinha, que usufruía de maiores investimento em função do aparelhamento que o Executivo estabeleceu com essa corporação. Para Sodré, isso deixaria evidente o tamanho da disparidade da situação da Marinha em relação ao Exército e também com a sociedade, pois ela usufruía de maquinários

modernos e importados que contrastavam com a penúria que, assim como o Exército, a grande parcela da população, inclusive da capital, passava.

A interpretação de Sodré, portanto, compreende que o tenentismo dos anos 1920 é, na realidade, resultado do descalabro com que as forças oligárquicas trataram o Exército durante a Primeira República, bem como a maneira como se organizaram para colocar a opinião pública contra a instituição, sabidamente em função dos interesses nacionalistas e centralizadores que esta nutria enquanto projeto político e que, segundo o historiador, ficou evidenciado no florianismo (Sodré, 1979, p. 186-189). Tal interesse nacionalista, portanto, ia de encontro à organização pactuada pela elite latifundiária, que dava maior independência aos Estados por meio da política dos governadores e, portanto, maiores poderes e autonomia às oligarquias regionais. Essa independência regional é exemplificada pelo nosso historiador em algumas situações, como o favorecimento às polícias militares regionais, que se vestiam de segurança particular dos latifundiários (Sodré, 1979, p. 210), outro exemplo dessa autonomia concedida pelo pacto federativo aos Estados podia ser observado na possibilidade de Estados e municípios contraírem empréstimos no exterior, principalmente com bancos ingleses. Na concepção de Sodré – a favor dos militares do Exército –, tal possibilidade evidenciava a subserviência das nossas elites ao imperialismo britânico, que até então dera sustento ao regime dos latifundiários e que, portanto, se opunha ao nacionalismo dos militares (Sodré, 1979, p. 210).

O historiador chega a dizer que, ao lado da Marinha, as forças regionais de segurança, ligadas ao coronelismo, conquistaram mais apoio das camadas dirigentes do que o próprio Exército, que, segundo seu entendimento, seria sempre tido como uma ameaça ao regime (Sodré, 1979, p. 210). As polícias militares regionais seriam, portanto, o principal instrumento de resistência das elites contra as investidas revolucionárias de parte do Exército na fase aguda da rebelião tenentista nos anos 1920. Vale lembrar que essa característica de “forças privadas”, que se confundia com as forças de segurança do Estado, foi alegorizada na obra “Grande Sertão: Veredas” do escritor mineiro João Guimarães Rosa. Essa tese em particular, que se refere ao uso das polícias militares estaduais para fazer frente ao Exército, é confirmada pelo também historiador e cientista político, José Murilo de Carvalho.

A política dos governadores instituída pela Constituição de 1891 permitiu aos Estados a contratação de seus próprios exércitos. Isso se deu como importante aspecto do novo pacto federativo republicano visando evitar, exatamente, a interferência do poder federal nos Estados e, portanto, a garantia dos interesses das elites regionais sobre os seus territórios. Até então, a proteção das províncias durante o império estava à cabo dos municípios e da Guarda Nacional,

de responsabilidade do governo central. Como alega Carvalho, o tenentismo que visava diminuir o poder descentralizador dos Estados tinha como principal inimigo as forças policiais, que na década de 1920 já contava com um efetivo maior ao do Exército em pelo menos metade dos estados (Carvalho, 2005, p. 57-58).

Carvalho, porém, discorda quanto a tese defendida por Sodré acerca do desprestígio da instituição na Primeira República. Segundo ele, o Exército era uma organização respeitada no cenário político e as reformas promovidas nele a partir de 1908 demonstram a crescente importância que a corporação vai conquistando ao longo dos anos, principalmente depois da Primeira Guerra Mundial. Carvalho argumenta que o poder do Exército é proporcional ao tamanho de sua corporação e demonstra, por meio de levantamento de dados, que a redução dos efetivos no final do Império e seu crescimento ao longo das primeiras décadas do regime republicano comprovam a mudança de patamar que a instituição conquistou com o novo regime. Na República, o Exército teve um crescimento em seus quadros proporcionalmente maior ao crescimento da população, com aumento de efetivo sobre regiões economicamente importantes, como Minas Gerais e São Paulo (Carvalho, 2005, p. 19-32). Indo de encontro à visão de Sodré de que a Marinha teria sido mais privilegiada em detrimento do Exército, Carvalho entende, por meio da leitura das alterações de efetivo nessas corporações, que nesse quesito o Exército foi mais prestigiado por contar com um aumento proporcionalmente maior tanto de soldados e praças quanto de oficiais, o que, segundo Carvalho, é “um claro reflexo de seu maior poder político” (Carvalho, 2005, p. 31).

Esse aumento exponencial da corporação já nos primeiros anos da República, e que se acentua após a guerra, também impacta na expansão do orçamento dispensado à instituição. Com base nos dados trazidos pelo cientista político, podemos observar que os gastos militares nos primeiros seis anos do novo regime saltaram de 18,24% para 32,12% das despesas do governo. No caso do Exército em particular, houve uma duplicação dos gastos para o mesmo período (1889-1896), saltando de 10,39% para 23,32%. Apesar de se tratar de um período marcado pelo controle do governo por parte do Exército, os gastos com a instituição nunca retornaram aos patamares do fim do Império, mas decaíram ao longo dos anos, chegando a 17,44% em 1925, momento de grande instabilidade por conta das revoltas de parte do Exército contra o governo de Arthur Bernardes. Destaca-se o fato de que a maior parte das despesas das corporações eram destinados aos custos com pessoal, Carvalho aponta que em 1916 a despesa com pessoal no Exército girava em torno de 93% da folha de pagamentos da corporação.

Quadro 2 - Gastos Militares previsto em orçamento 1889-1930 (%)

Ano	Exército	Marinha	Total
1889	10,39	7,85	18,24
1895	23,32	8,8	32,12
1910*	Ouro: 2,65	12,61	15,26
	Papel: 14,58	8,43	23,01
1925	17,44	5,8	23,24
1930	12,27	7,34	19,61

Fonte: José Murilo de Carvalho: As forças Armadas e a Política no Brasil, p. 56, com base em: Balanças de Receitas e Despesas, para os respectivos anos.

*Balanço não fornece a taxa de conversão de ouro.

Alguns dados trazidos por Carvalho, porém, contribuem em certos aspectos com a interpretação de Sodré acerca do abandono que as elites civis, representadas na figura dos políticos tradicionais, tiveram com o Exército. Mas para um julgamento mais sóbrio, esses dados precisam ser levados em consideração com todo o conjunto das forças armadas da época. Carvalho mostra que a política de recrutamento de praças e oficiais adotado ainda no império em meados do século XIX – e mantido até a década de 1910 – preservava aspectos do modelo de recrutamento português, que obedecia a divisão de classes entre a nobreza e as camadas baixas da população. Sendo assim, os cargos de oficiais, que eram mais escassos, eram destinados a membros da alta classe, enquanto o recrutamento de praças ficava designado às classes baixas. Ao longo do Império essa política de seleção de oficiais sofre uma alteração e se torna endógena, ou seja, os altos cargos do Exército eram passados entre as famílias dos militares ligados à instituição. Desde essa época, a carreira militar no Exército era preterida pelas elites civis, que tinham prioridade para com os cargos de oficiais da Guarda Nacional. A Marinha, por outro lado, manteria desde o império uma seleção mais aristocrática dos seus oficiais e assim permaneceu nos primeiros anos da República (Carvalho, 2005, p. 16-18).

Sendo assim, observou-se que ao final do império e nas primeiras décadas da República, a seleção das praças do Exército não seguia o critério de aptidão pela carreira militar; ao contrário, a seleção era usada como mecanismo de correção para aqueles considerados “desvirtuados dos bons princípios sociais”, o que, segundo os críticos da época, descredibilizava a instituição. Carvalho mostra que dos 443 crimes cometidos por praças e julgados pelo Superior Tribunal Militar (STM) em 1909, 321 eram crimes de deserção,

demonstrando assim o caráter punitivo que o recrutamento dos praças carregava. Desta forma, a indisciplina nos batalhões do Exército e também na corporação da Marinha era “controlada” através de castigos físicos (Carvalho, 2005, p. 20), fator esse que culmina, em 1910, na revolta da chibata no Rio de Janeiro, liderada pelo marinheiro João Candido.

O fator do recrutamento de praças talvez pudesse corroborar com a tese de Sodré quanto ao abandono do Exército promovido intencionalmente pelas elites políticas da Primeira República se esta não fosse uma prática generalizada dentro das forças armadas, instituída até mesmo na Marinha, da qual Sodré entende que foi prestigiada. Outros dados trazidos por Carvalho também nos apontam na direção oposta a um suposto descrédito sofrido pela instituição. A nova conjuntura que a Primeira Guerra mundial impõe dá ao Exército uma importância ainda maior. Em 1908, o ministro da Guerra do então presidente Afonso Pena, o marechal Hermes da Fonseca, consegue aprovar no parlamento a lei do sorteio, que basicamente visava alterar os critérios de seleção no recrutamento dos membros das forças armadas. Num primeiro momento, tal lei seria letra morta, mas a nova conjuntura da guerra, somada aos exemplos dos modernos exércitos da Europa – como Alemanha e França – faz com que a lei passe a funcionar.

É inegável que a guerra trouxe uma mudança na percepção política em relação ao Exército, e os dados levantados por Carvalho comprovam esse fenômeno. Entre os anos de 1850 e 1888, o efetivo do Exército foi diminuído em quase 10%, o que contribui à explicação da insatisfação da instituição com a monarquia ao final do Império. Após a proclamação, o número de militares mais que dobra nos primeiros anos, sob governos militares, passando de 13.500 em 1888 para 28.160 em 1900. Com a Primeira Guerra mundial, o número de efetivos que era de 20.096 em 1910 cresce 113%, chegando a 42.977 dez anos depois (Carvalho, 2005, p. 30). Como já salientado, o crescimento do efetivo do Exército foi proporcionalmente maior ao crescimento da população na Primeira República. Partindo da premissa de Carvalho de que o poder do Exército está diretamente relacionado ao tamanho de sua corporação, o período republicano foi, inegavelmente, um momento de crescimento do prestígio dessa instituição junto ao Estado e, como fica manifestado no tenentismo, com a sociedade.

Quadro 3 - Efetivos Legais do Exército e da Marinha (1850-1930)

Ano	Índice de Crescimento (1850 = 100)			
	Exército	Marinha	Exército	Marinha
1850	15.000	3.000	100	100
1880	13.000	3.000	87	100
1888	13.500	3.300	90	110
1900	28.160	4.450	188	148
1910	20.096*	5.607	133	187
1920	42.977	5.800	286	193
1930	43.173	7.167	288	239

Fonte: José Murilo de Carvalho: As forças Armadas e a Política no Brasil, p. 30. Com base em: coleção de Leis do Império e da República, leis de fixação de força. Os dados se referem apenas às praças. Nos efetivos da Marinha não estão incluídos maquinistas, foguistas e aprendizes

* Os dados para o Exército em 1910 não incluem os inferiores (cabos e sargentos).

O fortalecimento do Exército imposto pela conjuntura da Primeira Guerra se manifesta também na extinção da Guarda Nacional em 1918, acabando com o que Carvalho chama de “dualidade das forças armadas”. Com essa maior centralização do poder no Exército, mais a efetivação da lei de sorteio, que contou inclusive com apoio de figuras renomadas da época, como o poeta Olavo Bilac, o Exército consegue adquirir o monopólio do recrutamento, que antes estava a cargos de outras repartições dos Estados (Carvalho, 2005, p. 30). Além desses fatores, o Exército passou por uma grande reestruturação ao longo da década de 1910, inspirada nos modelos de organização dos exércitos da Alemanha e da França; estabeleceu-se a noção de defesa nacional, que tinha como meta a mobilização de recursos humanos e materiais para a proteção do país. Com isso, instituiu-se um novo conceito sobre o Estado Maior, embasado nessa nova noção de defesa nacional, o que contribuiu pela criação do Conselho de Defesa Nacional, que visavam estabelecer as políticas de proteção do território com base no modelo francês adotado na época. Com essa reformulação, o Estado-Maior pode contar com maior centralização das políticas do Exército, encabeçadas, evidentemente, pelo alto escalão dos oficiais das forças armadas (Carvalho, 2005, p. 29).

Fato é, porém, que as alegações de Sodré não podem ser totalmente descartadas e duas delas, em especial, merecem a nossa atenção: a primeira delas, a despeito da cisma entre a elite civil – representada na classe política – e o alto comando de oficiais do Exército realmente parecia ocorrer, conforme nos induz os apontamentos de José Murilo de Carvalho. Segundo ele,

o governo de Hermes da Fonseca, por meio de suas “salvações” nos Estados, visava, sobretudo, apaziguar o crescente conflito entre militares do Exército com as elites regionais. Na análise do cientista político, a campanha civilista e as ações de salvação por parte do governo de Hermes demonstravam o afastamento entre as elites civis e militares, acentuado, anos mais tarde, no governo de Epitácio Pessoa (Carvalho, 2005, p. 47-48). Carvalho também argumenta que havia pouquíssimos representantes de São Paulo e Minas Gerais na alta cúpula do Exército, o que dava indício de que “o divórcio entre o Exército e as elites civis se via agravado pela distância entre a força e os dois estados líderes da política republicana” (Carvalho, 2005, p. 34).

A segunda alegação de Sodré que aqui merece consideração refere-se a correto afirmação de que a classe política se utilizou tanto das polícias militares estaduais quanto da Marinha para fazer frente ao possível poder interventor do Exército, dado que a experiência com o florianismo fora traumática para a elite civil, principalmente em função do forte intervencionismo por parte de seu governo. E, apesar do crescimento exponencial do Exército ao longo da Primeira República (220% entre 1890 e 1930), o governo Federal, que a partir de meados da década de 1910 não poderia mais contar com a Guarda Nacional, utilizou-se da Marinha para servir de contrapeso ao Exército, em especial no Distrito Federal (Carvalho, 2005, p. 31), tendo ela cumprido bem este papel, principalmente ao ajudar a sufocar as primeiras revoltas dos tenentes em 1922.

3.3 AS CAUSAS DA REBELDIA MILITAR: FATORES POLÍTICOS

A revolta de setores do Exército com o regime pode não estar propriamente associada ao prestígio que a instituição conquistou no regime do café-com-leite, mas, na verdade, com um problema trazido por diversos autores, como Fausto, Forjaz, Carvalho e Sodré, que diz respeito à rixa estabelecida entre civis e militares no campo político e que fora se agravando ao passo em que se tentava, por parte das elites civis, afastar os militares da política institucional do governo, fenômeno esse que se manifestou em diversos âmbitos e episódios que valem a pena serem destacados.

O presidente Epitácio Pessoa, já no começo da década de 1920, tomou as primeiras medidas que principiam um mal-estar entre os militares, a começar pela nomeação de civis para as respectivas pastas do Ministério da Guerra e da Marinha, rompendo assim com a tradição que perdurava toda Primeira República de destinar exclusivamente esses cargos a oficiais das forças armadas. Pessoa também criticava contundentemente os militares pelo que ele entendia

ser uma intromissão indevida dessa categoria na política, reforçando assim a corrente civilista que estava em voga no período e tinha como seu principal expoente o seu antigo adversário no pleito de 1919, o jurista Rui Barbosa. O presidente, por sua vez, também tomou outras importantes medidas que desagradaram fortemente os militares, especialmente os oficiais, como a retirada do projeto de lei que pretendia aumentar os salários de todos os membros das forças armadas (Forjaz, 1976, p. 62).

A constante defesa de uma parcela importante da classe política no afastamento dos militares da política institucional reforçava o descontentamento da categoria com as principais figuras do *stablishment*. Tal situação levantou acalorados debates entre os militares sobre a legitimidade e pertinência de sua participação nas coisas do governo e da política do país, abrindo campo para duas interpretações possíveis que, segundo o pesquisador Eliézer Oliveira, têm origem no positivismo, movimento que depositou suas raízes nas instituições militares, em especial no Exército, na segunda metade do século XIX (Oliveira, 2016, p. 25-26). A primeira dessas interpretações defendia o caráter profissional do Exército e que, portanto, se colocava contrária a ingerência militar nas coisas do governo; a segunda, por outro lado, era favorável à participação militar na política, da qual se embasava, segundo Carvalho, no espectro ideológico em torno da ideia do “soldado-cidadão” (Carvalho, 2005; p. 38-39). Algumas opiniões adeptas à interpretação da participação militar chegaram a causar a prisão de seus defensores, incluindo oficiais, como foi o caso do capitão Alencastro Graça, preso em 1921 após pronunciamento em que exaltava a importância da participação do Exército na “evolução político-social do país”. (Forjaz, 1974; p. 62-63). Na interpretação de Carvalho, essa concepção do “soldado-cidadão”, que também ficou conhecida pela expressão “cidadão de farda”, fora melhor elaborada justamente em torno dos eventos da Proclamação da República e serviu como base moral para justificar a atuação dos militares no episódio da queda da monarquia. Segundo Carvalho:

A ideia do soldado-cidadão servia de instrumento de afirmação militar e, ao mesmo tempo, refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento dos oficiais em relação à sociedade civil, sobretudo à elite política. Implicava a suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar” (Carvalho, 2005; p. 39)

Essa concepção é resgatada décadas depois, no começo dos anos 1920, pelos tenentistas, e com a mesma intenção que os militares republicanos tinham no contexto da Proclamação, ou seja, visando formular uma justificativa para a intervenção e mesmo para a desobediência militar contra o regime (Carvalho, 2005; p. 38).

A revolta dos militares contra o *status-quo* da institucionalidade política do Estado se iniciou contra o que boa parte deles entendiam como um ataque da classe política contra a “honra e soberania do exército nacional”. Isso fica manifesto em muitas falas resgatadas em documentos transcritos dos encontros dos membros do Clube Militar no Rio de Janeiro e expostas na obra do historiador Edgard Carone (1975). Mas o que conflagra o rompimento de uma parte considerável do Exército com a institucionalidade do governo, culminando nas primeiras revoltas de 1922, seriam duas cartas falsas atribuídas ao então candidato da situação, Artur Bernardes, publicadas pelo jornal oposicionista “O Correio da Manhã”. Essas cartas, segundo a interpretação da ala mais exaltada dos militares, detratavam o Exército e, principalmente, a figura de Hermes da Fonseca, bastante prestigiada dentre os militares. A sessão que marca a rompimento do Clube Militar com a figura de Artur Bernardes (e, consequentemente, com o *establishment* político) havia sido presidida pelo próprio marechal, que já não fazia questão de esconder seus desagrvos com as principais figuras da institucionalidade do governo, o que demonstra que o grau de insatisfação com o governo se tornava um sintoma cada vez maior e irreversível em parte do Exército.

Naturalmente que o candidato de oposição nas eleições de 1922, Nilo Peçanha, tenderia a receber àquela altura o apoio dos militares rebelados e da pequena burguesia urbana (Sodré, 1979, p. 211). Conforme salienta Forjaz, Peçanha explora eleitoralmente essa insatisfação dentre os militares arguindo sobre os benefícios da “ação política” dos militares (Forjaz, 1974; p. 62). Mas dado o controle que as oligarquias do governo mantinham sobre as eleições por meio dos conchavos e das fraudes estabelecidas com as elites regionais parceiras, a ala oposicionista logo se confrontaria com os limites do sistema estabelecido pelas elites políticas, o que contribuiu pela radicalização dos militares de oposição. Embora o movimento não tivesse grandes consensos sobre a maioria dos temas, a questão do voto se tornaria uma pauta comum dentro do tenentismo.

A prisão de Hermes da Fonseca em 2 de julho de 1922 acirrou ainda mais os ânimos dos militares de oposição. O motivo teria sido a manifestação de repúdio feita em telegrama pelo marechal a uma denúncia de intervenção federal com uso do Exército nas eleições para presidente em Pernambuco³ (Forjaz, 1974, p. 67). Junto à prisão de Hermes da Fonseca também foi determinado, por ordem do então presidente Epitácio Pessoa, o fechamento do Clube Militar, que seis meses antes havia manifestado sua oposição ao então candidato da situação. A

³ OS 18 DO FORTE. A Era Vargas: Dos Anos 20 à 1945. CPDOC FGV, 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos20/CrisePolitica/18Forte>. Acesso em: 18, Fevereiro, 2020.

envergadura moral do marechal Hermes, tanto para a política brasileira quanto para os militares, nos dá uma dimensão da gravidade do episódio. Esses eventos tornavam a crise política que se abatia sobre a República um caminho sem volta e provocavam uma grande mobilização da ala oposicionista do Exército, leal a Hermes, encorajando-os a pegar em armas contra o regime. Seria o começo dos episódios que os historiadores Sodré e Carone chamam de “revoluções de 1922 e 1924” (Sodré, 1985; Carone, 1975).

A resposta que o regime do café-com-leite encontra para suprimir o fortalecimento das forças oposicionistas seria o aprofundamento da repressão. Sodré revela como que a Marinha cumpria o papel de principal força armada do regime, principalmente na capital da República. As polícias militares regionais, salienta o historiador, ganharam relevância como principais ferramentas de repressão ligadas aos interesses dos senhores do campo (Sodré, 1979, p. 186-188). Em suma, foi com um paulatino aumento da repressão que o regime tentava dar respostas aos desdobramentos sociais e políticos oriundos do avanço oposicionista sobre o território (Cano, 2012, p. 907). Prova disso seria o fato de Artur Bernardes ter governado em estado de sítio, já que era notório o crescimento das forças oposicionistas dentre os militares, manifestado, dentre tantas outras ocasiões, nas tentativas revolucionárias dos anos 1920 pelos tenentistas rebeldes.

Enquanto Sodré percebe uma desconfiança das elites com o Exército em função do projeto centralizador que a corporação nutria no plano federativo, Carvalho compreende que o Exército abria a possibilidade de alianças, mas também de rupturas, com as elites regionais (Carvalho, 2005, p. 32). Essa possibilidade de alianças com as elites regionais poderia ser outro motivo da desconfiança, só que de natureza diversa (e inversa) da apontada por Sodré, ou seja, dada a descentralização que a política dos governadores impunha, a possibilidade de aliança de membros do alto escalão militar com as elites regionais dissidentes gerava temores quanto a possibilidade de perda de controle do executivo federal sobre a corporação. Por isso, fazia sentido o governo forçar um distanciamento do Exército das coisas da política, cobrando de seus quadros um caráter rigorosamente profissional, a fim de mantê-lo como instrumento do Estado e evitar que se tornasse uma organização política. O próprio fato de que o nascimento da República fora fruto de uma intervenção militar justificava o temor das elites do café-com-leite quanto a possibilidade de uma nova politização do Exército que pudesse fazer renascer na corporação a mentalidade intervencionista que derrubou a monarquia. Podemos imaginar que esse temor era permanente ao longo do regime, principalmente com a instituição da aliança das elites civis no âmbito nacional após o governo militar de Floriano Peixoto. As concessões que

o regime fizera aos interesses políticos de Hermes da Fonseca, das quais viabilizaram o seu governo (1910-1914), tinha o intuito de anestesiar uma potencial pressão dos quartéis sobre o regime dos governadores.

Carvalho reconhece que há na Primeira República elementos que apontem a uma certa cisão entre a elite militar e a elite civil, principalmente com aquelas que controlam o poder da República, no caso a mineira e a paulista. Para tanto, Carvalho argumenta que “dos 30 generais de divisão e brigada” nos respectivos anos de 1895 e 1930, apenas um era paulista e nenhum era proveniente de Minas Gerais. Vale destacar, por sua vez, a grande participação dos gaúchos nesses quadros (8 para cada um dos respectivos anos), e também pelo fato do Rio Grande do Sul ser, desde o fim do Império, um dos Estados com maiores efetivos do Exército e com uma das maiores proporções de militares por habitantes, conforme dados trazidos pelo historiador. Isso, de alguma forma, corrobora com a explicação em torno do papel de destaque que o Estado do Rio Grande do Sul teve na revolução de 1930 (Carvalho, 2005, p. 34).

Quadro 4 - Distribuição de Contingentes do Exército e da População em 1820 (%).

Estado	Contingentes	População	Soldado para Mil Habitantes
SP	8,56	14,99	0,8
MG	8,82	19,22	0,64
BA	3,6	10,89	0,46
PE	1,64	7,03	0,33
RJ	5,22	5,09	1,44
DF	26,18	3,78	9,7
RS	21,68	7,12	4,26
MT	2,6	0,81	4,52
Outros	21,7	31,07	0,98
TOTAL	100	100	100
N =	(42.920)	(30.635.605)	-

Fonte: José Murilo de Carvalho: As forças Armadas e a Política no Brasil, p. 32. Com base em censo de 1920.

3.4 A REVOLTA DOS OFICIAIS DE BAIXA PATENTE

A estruturação da corporação do Exército no Império obedecia, principalmente, questões de fronteiras e a proteção da capital federal. Na República, aumentou-se o efetivo de soldados nas principais áreas urbanas do país que, conforme alega Carvalho, eram “tradicionalmente inquietas” desde o Império (Carvalho, 2005; p. 32). A inquietação das cidades quanto ao poder central é um aspecto apontado também por Sodré. Neste caso, ele destaca a fisionomia de uma sociedade civil mais desenvolvida nas áreas urbanas em relação ao restante do país como sendo o principal motivo dessa cultura oposicionista ao regime (Sodré, 1985, p. 11-12). Não seria por acaso, portanto, que as principais tentativas revolucionárias dos tenentistas ocorressem, sobretudo, nas duas principais regiões urbanas do território brasileiro, mais especificamente Rio de Janeiro e São Paulo em 1922 e 1924, respectivamente. A tese de Sodré, portanto, circunscreve-se na ideia de que a complexificação social oriunda do desenvolvimento do capitalismo, junto com a expansão dos centros urbanos e o descontentamento das classes médias e da pequena burguesia urbana – muito em função do encarecimento do custo de vida mencionado por Cano (Cano, 2012; p. 907) –, bem como as aspirações por maior participação na vida política, compunham os fatores que estavam intimamente relacionados com o fortalecimento do movimento tenentista nos anos da década de 1920 (Sodré, 1985, p. 12-13).

Sodré frisa que as revoltas militares contra a oligarquia política da primeira República, que aconteceram em 1922 e 1924, não demonstravam a existência de um conteúdo programático. Pelo contrário, a visão que tinham da classe política fazia rechaçar qualquer prática que os assemelhasse com esse grupo, pois os militares rebeldes acreditavam que os políticos nada mais eram do que figuras preocupadas meramente com seus interesses pessoais e que, por sua vez, os programas dos partidos serviam apenas para camuflar os reais interesses pessoais que a classe política nutria na vida pública. Além desse fator, o tenentismo não apresenta grandes consensos dentro do movimento, a não ser o fato de se oporem às principais figuras do governo. Não tinham os militares, portanto, objetivos bem delineados e muito menos coesos entre si. Repetiam algumas pautas que lhes eram comuns, como a defesa do voto secreto, por exemplo; porém, o que marca a atuação política do tenentismo seria a completa ausência de um consenso sobre grande parte dos temas, fenômeno este que seria um empecilho para a construção de qualquer conteúdo programático (Sodré, 1985, p.45).

A obra de Carone é rica em documentos de época que nos apresentam algumas dessas características do tenentismo. Seu livro inicia com relatos muito curiosos acerca das cisões que se apresentavam entre os militares em algumas reuniões transcritas do Clube Militar, que era nada mais que um apêndice “de caráter civil”⁴ do Exército. Por meio das atas de suas reuniões podemos perceber a situação caótica do pensamento político dos quartéis, do qual Carone aponta na introdução de seu trabalho. As transcrições revelam a falta de coesão dos militares em torno de temas sensíveis, dando um prelúdio de sua relação com as demais classes e, inclusive, consigo mesma. A discussão em torno da candidatura de Artur Bernardes, ocorrida entre os membros do clube em 1922, já demonstrava esse aspecto de desunião interna no grupo, e os eventos que se arrolaram nos meses seguintes, que culminam nos embates entre legalistas e rebeldes, se prenunciavam nessa reunião. Em 1922 fica evidente que o descontentamento da classe militar com o *establishment* político da época se aprofundava, ainda mais com a oposição de figuras com tamanha notoriedade dentro do Exército, como é o caso do ex-presidente Hermes da Fonseca. Mas os debates entre os membros do Clube Militar, que tomavam um caráter ríspido em diversos momentos, deixam patentes outros elementos comuns aos militares, como a ausência de objetividade, apontada por Sodré (1985, p. 45-49), bem como o sentimento de “orgulho ferido do Exército”. Esses “sintomas” eram compartilhados por grande parte dos membros do clube e foram revelados na votação que estabeleceria a posição de repúdio desta instituição ao então candidato do “café-com-leite”, Artur Bernardes (Sodré, 1985, p. 22).

Num primeiro momento, entre os movimentos revolucionários de 1922 e 1924, os rebeldes se voltavam contra o governo em si e não propriamente contra a organização do Estado como estava dada pelas oligarquias. Isso fica manifestado em algumas falas dos militares resgatadas por Sodré (Sodré, 1985, p. 48-49). Além da primordial “defesa da honra do exército”, também almejavam o retorno da “legalidade constitucional” que, segundo eles, fora corrompida pelos “maus exemplos da política”, no caso os representantes do café-com-leite. Ou seja, os rebeldes não defendiam um rompimento com a ordem constitucional, embora Sodré aponte que esta era a causa dos males que configuravam a crise política. Carone, concordando com a interpretação de Sodré, complementa que ao contrário do movimento operário anarquista da época que visava romper com o regime, o tenentismo buscava a substituição de seus representantes e não a sua ruptura (Carone, 1975, p. 10). Para ele, essa ausência de programa político e o isolacionismo dos rebeldes em relação à classe operária e às elites civis

⁴ O clube era formalmente reconhecido como instituição civil, mas, apesar disso, era composto somente por militares.

demonstram o caráter tipicamente de classe média do movimento, o que explicaria a identificação que a pequena burguesia urbana passaria a ter pelos jovens tenentes. Carone entende, portanto, que essa fase isolacionista – que para ele ocorre de 1922 a 1927 – se mostra improdutiva, forçando seus atores a se aproximarem de outros setores e classes dissidentes, como a própria elite civil e o movimento operário, provocando assim uma ruptura dentro do grupo (Carone, 1975, p. 11-12).

Sodré reconhece que àquela altura, momento no qual o século XX “já havia sido inaugurado”⁵, o Brasil ainda se via preso às estruturas dominantes de períodos anteriores, em especial das forças latifundiárias que regiam a economia e a política do país, refletindo, com isso, na própria organização e gerência do Estado, mais precisamente no que se notabilizou como a política do café-com-leite. Essa estrutura de poder, que foi alicerçada por meio da hegemonia dos latifundiários através da manipulação que exerciam sobre as eleições, teve de enfrentar, a partir dos anos 1920, novas forças oposicionistas, em grande parte oriundas das áreas urbanas e ligadas, segundo Sodré, à pequena burguesia ascendente desses territórios.

Surgiam juntos a esses movimentos organizações civis e militares de cunho oposicionista, além de uma imprensa de mesmo caráter e com maior abrangência, em função dos avanços que a industrialização fornecia ao setor. Assim, configurou-se que os principais jornais da época, lotados nas áreas urbanas onde predominava o espírito da pequena burguesia, foram hegemonicamente opositores das principais figuras do regime (Sodré, 1985, p. 15-16). A incapacidade que os pleitos eleitorais tinham de realizar uma transição de poder que fosse capaz de deslocar-se da hegemonia das forças do café-com-leite tornava claro os limites estruturais do regime em promover as mudanças tão defendidas pelos oposicionistas. Isso contribuiu, segundo nosso historiador, para o processo de radicalização dos grupos que faziam oposição ao governo e tal ressentimento não tardaria a invadir o âmbito militar, que tinha em seus quadros boa parte de membros oriundos justamente da pequena burguesia urbana, principal setor da época a se contrapor ao regime (Sodré, 1985, p.14-15).

A interpretação de Sodré reconhece, sobretudo, o papel fundamental das classes médias urbanas no fortalecimento do campo oposicionista e da consequente influência⁶ que esta gerou

⁵ Há dentro da historiografia uma posição, defendida por historiadores da Economia como Eric Hobsbawm, de que a primeira grande guerra é o evento que verdadeiramente marca o fim do século XIX e o início do XX, principalmente em função do declínio no âmbito econômico e geopolítico das forças britânicas e o aparecimento dos EUA como a principal potência do capitalismo global.

⁶ A noção de “influência” aqui colocada corrobora com a concepção de que as particularidades das classes sociais, das quais os sujeitos fazem parte, interfere tanto na personalidade destes, quanto na constituição política das instituições da qual são membros. Partimos, portanto, da premissa de que o aspecto de classe, bem como de sua

sobre os militares, fatores fundamentais não apenas no que se refere aos eventos em torno do fenômeno do tenentismo, mas, principalmente, sobre os demais acontecimentos que levariam à ruptura institucional em 1930 (Sodré, 1985, p. 23). Essa visão corrobora a tese razoavelmente difundida dentro das ciências sociais de que as classes médias são os setores mais dinâmicos da sociedade e, conseqüentemente, os responsáveis pelas rupturas institucionais promovidas junto ao Estado. Em outras circunstâncias históricas podemos observar esse fenômeno, como fora no caso da Alemanha desse mesmo período, em que a classe média, afogada na crise da Grande Depressão que sucumbia o país, foi responsável por grande parte da adesão ao programa do Partido Nacional Socialista de Adolf Hitler. Ou mesmo o papel imprescindível que esse setor da sociedade, representado na “Marcha com Deus e a Família pela Liberdade”, teve ao longo do golpe cívico-militar que ocorreu no Brasil em 1964. Em suma, não faltam exemplos que contribuam com a teoria, ainda mais se somarmos a ela o contexto de crescente participação política que os espaços urbanos possibilitaram à pequena burguesia nos anos 1920, permitindo a formação de organizações civis, de uma imprensa livre de grande dimensão, de ambientes acadêmicos e de novos partidos e organizações políticas, como foi o caso do Partido Democrático (PD) de São Paulo (Fausto, 2010, p. 55). Todos esses fatores foram fundamentais para gestar uma forte crítica dentro de uma classe que se sentia desassistida por um Estado dominado por latifundiários e distante dos problemas desses pequenos empreendedores das emergentes áreas urbanas do país.

A análise de Carvalho não concorda com a tese defendida por Sodre e Carone de que o tenentismo fora resultado de um movimento de classes. Carvalho argumenta que o caráter de instituição total do Exército dava ao movimento particularidades próprias. Apesar disso, é impossível deixarmos de relacionar em nossa análise a composição estrutural do Exército, elencada na obra do cientista político (Carvalho, 2005), ao contexto das relações de classe da qual o Brasil atravessava, bem como aos fatores econômicos aqui levantados que contribuíram no sentimento oposicionista gestado nas classes médias e na pequena burguesia urbana. Compartilhamos, portanto, da análise de Wilson Cano que aponta o processo de complexificação social, puxada pela diversificação dos setores da economia, como um dos principais fatores do crescimento oposicionista na sociedade, tendo o tenentismo como um de seus sintomas. Essa complexificação, portanto, fez com que aparecessem novos atores sociais suscetíveis à política de proteção ao café que culmina no encarecimento do custo de vida

situação frente ao contexto social, se manifesta também dentro das instituições, e seus membros se valem dos instrumentos destas para, de alguma forma, fazer valer seus anseios.

experenciado entre os anos de 1915 e 1930. Soma-se a isso o baixo grau de participação da população na política e a incapacidade do regime de promover as mudanças tão almejadas por esses grupos citadinos.

Mas qual relação podemos fazer entre a estrutura do Exército com a crise e as classes? Conforme dados levantados por Carvalho, entre 1889 e 1929, os quadros de primeiro e segundo tenentes – os mais inferiores entre o corpo de oficiais do Exército – chegava a ser em torno de 65% do total de oficiais da instituição. Ao comparar com a estrutura militar dos Estados Unidos nesse mesmo período, Carvalho percebe que estes postos representavam cerca de 40% dos profissionais de carreira do Exército americano. O autor também faz um levantamento da estrutura da corporação do Exército brasileiro em 1972 e observa que os quadros de primeiro e segundo tenentes sofreram neste intervalo uma drástica redução, chegando a menos de 13% do corpo de oficiais, ao passo que houve um relevante aumento nos escalões superiores, conforme nos mostra o quadro a seguir:

Quadro 5 - Estrutura do Corpo de Oficiais do Exército, 1889-1972 (%)

Estrutura	1889	1920	1929	1972
Generais	2,5	0,9	0,7	2,1
Coronéis	2,7	2,7	2,2	8
Tenentes-Coronéis	2,8	3,5	3,4	13,8
Majores	4,7	6,5	6,6	26,6
Capitães	22,8	21,3	22,7	36,6
Primeiros-Tenentes	19,9	28,1	37,4	4,4
Segundos-Tenentes**	44,6	37	27	8,5
TOTAL	100	100	100	100
N =	1344	3846	5725	6372

Fonte: José Murilo de Carvalho: As forças Armadas e a Política no Brasil, p. 35. Com base em: Almanaque do Exército, para os respectivos anos.

* Os dados para 1972 incluem apenas as armas tradicionais de infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia;

** Inclui em 1889 Os Alferes, e em 1920, 1929 e 1972 os aspirantes a oficial.

Essa grande concentração de oficiais de baixa patente representaria um problema para o Exército. Eram justamente os membros desses quadros que tinham maior proximidade com o corpo de praças da instituição, e seria justamente eles os mais inclinados às reformas. Para Carvalho, a redução da ocupação de militares em cargos de governo, que se observou ao longo

da Primeira República, levava as questões políticas para dentro dos quartéis (Carvalho, 2005, p. 55). O crescente envolvimento na política por partes dos militares, ao seu entender, enfraquecia a instituição, uma vez que colocava a hierarquia à prova (Carvalho, 2005, p. 59), dado que os jovens tenentes, os mais baixos dentro do oficialato, eram justamente os mais predispostos às reformas tanto na instituição quanto no âmbito político e social, contrastando assim com o “conservadorismo moderador” dos oficiais superiores (Carvalho, 2005, p. 42-43).

Mas outro fator complicador em relação a essa alta concentração de oficiais de baixa patente na estrutura profissional do Exército se dava pelo que Carvalho chamou de “engarrafamento” no processo de promoção, fazendo com que muitos deles passassem anos ocupando o mesmo posto sem qualquer perspectiva de subir nos quadros de carreira (Carvalho, 2005, p. 35). A completa falta de perspectiva de promoção somada ao cenário de crescimento do custo de vida que se abatia sobre às classes médias é o fator preponderante que impede nossa análise de fazer qualquer tentativa de desvinculação entre a questão de classe das razões que levaram os jovens tenentes a se rebelarem. Isso, claro, sem desconsiderar todo o cenário político que impedia a participação da maioria dos cidadãos e que no caso dos militares, em particular, era ainda mais estigmatizado pela campanha civilista em voga.

3.5 A CONTRIBUIÇÃO IDEOLÓGICA PARA A REVOLTA

A situação militar, portanto, está imbricada nas questões referentes à sua composição de classe, da qual mencionamos no item anterior, e que, ao nosso entender, se relacionam às características próprias da estrutura interna do Exército, que a investigação do historiador e cientista político José Murilo de Carvalho dera especial atenção (2005). Logo, a organização institucional estabelecida no corpo de oficiais do Exército é um fator importante que ajuda a compreender o impasse dos oficiais de baixa patente com o governo se analisarmos essa relação à luz da conjuntura econômica do período. Além desse fator, o componente ideológico da instituição também nos dá as bases morais que justificavam a revolta. Ressalta Carvalho que, durante a Primeira República, os oficiais subalternos, em especial os primeiros e segundos tenentes, eram os maiores defensores de reformas na instituição e isso se devia, sobretudo, ao espírito positivista que ainda podia se observar nos discursos e nas ideias dos revoltosos.

A inspiração positivista estivera permeada, ao final do século XIX, na antiga escola de formação de oficiais do Exército, que ficou lotada na Praia Vermelha (cidade do Rio de Janeiro) até 1904. A corrente de pensamento contribuiu na justificativa moral em torno da Questão

Militar que desembocou na Proclamação da República, episódio ao qual Carvalho chama de “primeiro tenentismo” (Carvalho, 2005, p. 44). Carvalho compreende que por conta da influência positivista na formação dos jovens oficiais do Exército, estes eram mais inclinados à participação política, mas ressalta que, devido a este espírito reformista e intervencionista justificado pela ideologia, criavam-se diversas situações de embate dos oficiais recém ingressos nos quadros de carreira do Exército com seus oficiais superiores (Carvalho, 2005, p. 34), fenômeno este que pôde ser observado no tenentismo da década de 1920.

Carvalho argumenta que a distinção na formação dos oficiais do Exército e da Marinha ajudam a entender o motivo de o tenentismo ter sido um sintoma mais presente no primeiro do que no último. Segundo ele, a formação técnica do corpo de oficiais da Marinha, voltada, predominantemente, à Matemática e à demais conhecimentos teóricos, fez com que não sofressem da influência positivista que marca a formação dos oficiais do Exército formados da Escola Militar da Praia Vermelha. Esta distinção, portanto, seria uma das razões que explicaria a diferença na participação do movimento de jovens oficiais rebeldes nas respectivas corporações (Carvalho, 2005, p. 26-27). Apesar da contundente afirmação de Carvalho de que não houvera tenentismo na Marinha, sobretudo em função da ausência do positivismo na Escola Naval, Sodré salienta que em 1924 houve um levante de tenentes desta corporação contrários ao governo Arthur Bernardes, que contou com o apoio de outros oficiais, inclusive de mais alta patente, como o capitão-de-mar Protógenes Guimarães⁷. O movimento revolucionário, que ficou conhecido na Marinha como “Conspiração Protógenes”⁸, tomou o encouraçado São Paulo em 4 de novembro daquele ano, exigindo a libertação dos rebeldes presos em 1922 (Sodré, 1985, p. 31; Carone, 1975, p. 107-108). Este, porém, fora um caso de extrema excepcionalidade dentro da Marinha e do tenentismo, pois, conforme sugere corretamente a afirmação de Carvalho, o movimento conquistara sua maior expressão, principalmente, entre os militares do Exército (Carvalho, 2005, p. 54).

A influência positivista na formação dos oficiais do Exército é tema amplamente documentado pela literatura acadêmica. A introdução desta vertente ideológica na alta cúpula remete a figura do militar e engenheiro de formação, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que foi professor da Escola Militar da Praia Vermelha a partir de 1854. Sua contribuição à formação ideológica do Exército se deu num momento de ruptura da instituição com a

⁷ Para mais informações deste episódio, consultar: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/protogenes-pereira-guimaraes> Acessado em: 19/02/2021.

⁸ Para mais informações deste episódio, consultar: <https://www.marinha.mil.br/dphdm/sites/www.marinha.mil.br/dphdm/files/SaoPauloEncouracado1910-1951.pdf> Acessado em 02/03/2021.

monarquia, logo após a Guerra do Paraguai, da qual Constant participara. Como salienta Carvalho em trabalho sobre o movimento republicano no fim do Império, Benjamin Constant esteve diretamente atrelado aos episódios da Proclamação e era tido por muitos de seus seguidores como o responsável ideológico pela consagração do movimento republicano (Carvalho, 2017, p. 42). Enquanto professor da Escola Militar, ajudou a irradiar o pensamento de Auguste Comte entre os jovens oficiais que ajudava a formar. Além de republicano, foi abolicionista e um dos responsáveis pela criação do Clube Militar em 1887, momento de grande descontentamento do Exército com a monarquia. O clube, portanto, nascia com a intenção de reivindicar maiores direitos à classe dos militares frente ao governo imperial.

Segundo o historiador Eliezer Oliveira, a visão positivista incorporada ao Exército pretendia, antes de mais nada, abandonar a posição de obediência exigida pela monarquia ao compreender que a atuação da corporação militar possuía um caráter científico e político, e que, portanto, somente ela tinha a capacidade de “decidir e agir”, tendo-lhe, desta forma, o “direito à intervenção”. A obediência, portanto, deveria ser dada ao Estado e à nação, mas não ao governo. Assim, o positivismo militar acredita que somente sua classe teria a condição de impor a ciência sobre a política, já que possuíam a capacidade de raciocinar e agir tecnicamente (Oliveira, 2016, p. 25-26). Retomando Carvalho, Oliveira relembra das ideias que derivam da ideologia positivista: a do soldado-cidadão, em especial, dava respaldo aos movimentos tenentistas pois legitimava a posição contestatória e reformista por parte dos militares, contrapondo-se, portanto, à ideia do soldado profissional, que entendia o distanciamento político como um preceito técnico (Carvalho, 2005, p. 38-41). Por outro lado, e também derivando da corrente positivista, a ideia do Exército enquanto “poder moderador” entendia que seria da natureza da instituição o papel de árbitro de maneira que, através de uma “intervenção controladora” por parte do alto escalão do Exército – mediante o Estado Maior –, a instituição pudesse fazer a sua política (Oliveira, 2016, p. 26). Esta interpretação, assim como a do soldado-cidadão, corrobora com a tese da legitimidade da intervenção política da classe militar, mas difere em sua natureza pois parte da premissa que cabe à instituição fazer a sua política de maneira centralizada e uniforme. Trata-se, como sugere Carvalho, de uma mudança de paradigma onde se altera a “política na instituição”, vinculada à ideologia do soldado-cidadão, para a “política da instituição”, feita, por sua vez, pelo alto oficialato (Carvalho, 2005, p. 42).

A doutrina positivista que dera as bases ideológicas aos militares do Exército, tanto no contexto da Proclamação quanto nos movimentos revolucionários dos anos 1920, assentava-se nas ideias do seu fundador, o filósofo francês Auguste Comte. Este entendia que o

desenvolvimento da humanidade era dividido em três etapas: a teológica, a metafísica e a positiva, sendo que esta última se baseava nas revoluções política (francesa), tecnológica (industrial) e filosófica (positivista) (Bosi, 2004, p. 18). Ao mesmo tempo que pregava o altruísmo e a integração da humanidade ao que seria o seu mais alto grau de desenvolvimento (o estado positivo), se contrapunha ao liberalismo e ao seu modelo de Estado assentado na democracia representativa, compreendendo-a como um regime metafísico e abstrato, que não passaria de uma “burguesocracia” (Carvalho, 2017, p. 26-27; Bosi, 2004, p. 30).

O positivismo no contexto da queda do Império e da instauração da República se apresenta, portanto, como uma corrente de pensamento alternativa ao liberalismo, que se inspira na democracia representativa assentada em indivíduos autônomos; e ao jacobinismo, corrente que defendia a participação direta, mas que era pouco preocupada com a organização institucional do poder (Carvalho, 2017, p. 9, 23). Tendo como princípio da organização do poder a centralidade no “ditador republicano”, que, segundo as ideias de Comte, asseguraria a transição para a sociedade positivista, a ideologia ganha adeptos entre os militares justamente por ser compreendido como mais factível que os ideais jacobinos e por se contrapor a lei do mais forte impregnada no pensamento liberal, dado que a questão da desigualdade imporia desafios à instauração de uma República. A centralidade de poder num “ditador ilustrado” que, por sua vez, seria norteador pelo progresso técnico era o aspecto ressaltado pelo positivismo que atraía seguidores dentre os militares justamente em função da formação cientificista do corpo de oficiais do Exército (Carvalho, 2017, p. 27-30). Essa centralidade administrativa defendida pelo Exército não encontrava coro entre os liberais no fim do Império, pois estes pregavam o modelo federalista norte-americano de organização do Estado, que se consagra vitorioso na elaboração da Constituição de 1891.

Embora no plano federal o positivismo não alcança o sucesso que almejava, Alfredo Bosi observa que a ideologia comtista assentou com mais afinco suas raízes no Rio Grande do Sul, chegando a dar as bases da nova estrutura administrativa do Estado na Primeira República. (Bosi, 2004, p. 41). Concomitantemente, os militares dali seriam fortemente influenciados pela ideologia dos republicanos positivistas na transição do regime (Carvalho, 2017, p. 30). Em trecho que trata sobre a influência do positivismo na política riograndense, Bosi faz uma leitura do castilhismo, movimento político vitorioso no Estado durante a instauração da República. Bosi interpreta que a tradição positivista na política do Rio Grande do Sul nos primeiros anos da República se deve a uma das principais figuras fundadoras do Partido Republicano Riograndense (PRR), o advogado e político Júlio de Castilhos, primeiro presidente do Estado

na sua fase republicana. Influenciado pela doutrina comtista ao longo de sua formação acadêmica na Escola de Direito de São Paulo, Castilhos tinha posição abolicionista e republicana, distinguindo seu partido dos republicanos paulistas, de maioria de proprietários rurais e donos de escravos (Bosi, 2004, p. 42). Inspirado nas ideias em torno do ditador republicano, o castilhismo pode ser considerado um movimento autoritário e progressista, tendo assim assentado as bases do pensamento positivista na primeira constituição do Estado (1891). O PRR passou a efetivamente controlar o governo do Estado a partir de 1898 por meio da controversa figura de Borges de Medeiros, reconduzido ao cargo cinco vezes. Medeiros exerceu, desta forma, uma ditadura republicana ao modelo comteano, com amplos poderes concedidos ao Executivo e esvaziamento das competências do legislativo estadual (Bosi, 2004, p. 43-44). Esse domínio castilho-borgista, que contou com o apoio das lideranças da Igreja Positivista do Brasil, abriu um cenário de conflito com a corrente liberal rival — os maragatos —, federalistas que defendiam maior descentralização do poder.

Em trabalho sobre as forças armadas, Carvalho (2005) ressalta o grande contingente militar no Estado gaúcho desde o final do Império e que se devia, como já mencionado, a questões de ordem fronteiriças. Este contingente era muito superior à porcentagem da população: enquanto os gaúchos representavam, em 1888, 6,26% de toda a população brasileira, os militares lotados no Estado compreendia pouco mais de 31% de todo o conjunto da corporação no país (Carvalho, 2005, p. 32). A boa inserção do pensamento positivista no Rio Grande do Sul e o grande contingente de militares do Exército neste Estado — que para Carvalho contribuiu com o sucesso da ideologia na região gaúcha (Carvalho, 2017, p. 30) — nos ajudam a compreender a razão da expressiva adesão ao movimento tenentista neste Estado. Alguns dos mais notórios líderes do movimento revolucionário eram oriundos do Rio Grande do Sul, como é o caso do capitão do Exército Luis Carlos Prestes, natural de Porto Alegre. Este personagem emergira como uma das principais lideranças do movimento, ficando notabilizado por estar à frente do levante do 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, em 1924 e posteriormente da coluna Prestes, que percorre o país em favor da causa revolucionária até 1927. Já o general Isidoro Dias Lopes, também natural do Rio Grande do Sul, era a principal liderança do movimento revolucionário que tomou a cidade de São Paulo por três semanas naquele mesmo ano.

Apesar de ser considerado infrutífero em sua fase isolacionista e com escassa força mesmo nas regiões onde melhor se saiu, fato é que o movimento tenentista encontrou sua mais desenvolvida expressão justamente no Rio Grande do Sul por fatores como a grande

concentração de militares, mas, no concernente ao aspecto ideológico, pelo relativo domínio do pensamento positivista no Estado desde o movimento republicano no final do Império. Isso fazia com que os rebelados das grandes cidades partissem ao encontro das lideranças tenentistas no Sul: foi assim em 1924, tanto na “conspiração Protógenes”, que tomou o encouraçado São Paulo no Distrito Federal e partiu para o Rio Grande do Sul a fim de se juntar às lideranças de lá; e também aos rebeldes paulistas que, acuados pelas forças legalistas, deixam a cidade e partem rumo ao Sul também no intuito de se encontrarem com as lideranças tenentistas daquele Estado. Anos mais tarde, em 1930, seria de lá que viriam as forças políticas e empresariais que tomariam o poder e levariam Getúlio ao palácio do catete. Porém, como salientam autores como Fausto, Carvalho e Carone, para que isso ocorresse foi fundamental o rompimento do isolacionismo tenentista, sua aproximação com as elites dissidentes da Primeira República e o apoio do alto escalão do Exército.

4 CONCLUSÃO

A crise que assola a Primeira República era, portanto, um problema tanto de ordem econômica quanto política. No plano econômico, ela dá seus sinais nos primeiros anos da década de 1920 e se agrava com a Grande Depressão que se abate ao final do decênio, aprofundando assim os questionamentos quanto à prioridade dada pelo governo federal aos cafeicultores paulistas. No âmbito político, os limites da democracia e da participação eram os grandes fatores que aumentavam a insatisfação tanto nas cidades quanto nos quartéis. A questão do sufrágio – que levantava suspeitas em torno da legitimidade dos pleitos – se tornava uma pauta comum dentro da ala oposicionista. Vale ressaltar que àquela altura não era regulamentado o voto feminino e dos analfabetos, e o cenário se agrava se levarmos em consideração que naquele contexto a maioria da população não era alfabetizada. Desta forma, durante a Primeira República, o máximo de eleitores que participaram das votações não chegaria a 6% do total da população; a maior participação foi de 5,7% na eleição de 1930 (Cano, 2012). Além disso, a reivindicação militar por maior participação no plano político e governamental era outra situação que fornecia as bases da insatisfação que motivavam o movimento tenentista e, desta forma, concedia à crise do café-com-leite seu mais relevante sintoma.

Outros dados aqui levantados nos fornecem novos apontamentos. O trabalho de Carvalho (2005) mostra que apesar do crescimento do efetivo do Exército na Primeira República – principalmente nas áreas urbanas economicamente mais importantes – e da expansão orçamentária da instituição nos primeiros anos do regime e no contexto da primeira Guerra Mundial, os gastos com a corporação diminuem ao longo dos anos, assim como também diminuem a participação de militares em cargos de governo e no congresso. Soma-se a estes fatos o fortalecimento da campanha civilista que estivera em voga na época, encabeçada pelo jurista Rui Barbosa. Diversos autores apontam para esse rompimento entre a elite militar e a civil ao longo da Primeira República e as ações por parte do governo em afastar os militares da política. O envolvimento das forças armadas na derrubada do Império era algo que fazia as elites políticas se preocuparem em relação aos militares, e juntamente com a experiência intervencionista do governo militar de Floriano Peixoto, tinha-se as bases históricas para essa preocupação. Desta maneira, assim que se instala o federalismo, juntamente com a política dos governadores, a primeira medida tomada pelas elites regionais foi a contratação de seus

“exércitos particulares”, as polícias militares estaduais, subordinadas diretamente aos governos estaduais e que em grande parte dos entes federativos possuíam contingente muito maior ao do Exército em seus respectivos territórios.

O ressentimento militar é fato amplamente documentado pela literatura e se expressava na desconfiança destes para com os civis, especialmente a classe política. Esse atributo justificava o isolacionismo do tenentismo em relação às classes e a desconfiança frente aos segmentos da sociedade civil que mostravam simpatia ao movimento. A maioria dos autores concordam que a aproximação dos militares com outros grupos fora do seu, em especial com as elites civis opositoras, foi fundamental pelo sucesso na derrubada do regime em 1930. E somente uma análise das condições macroeconômicas e da situação que essas “frações de classe” se encontravam frente às políticas adotada pelo governo dos cafeicultores explicam o crescente grau de insatisfação entre os mais diferentes setores da sociedade, como as classes médias, os trabalhadores urbanos, a pequena burguesia, os agricultores vinculados ao mercado doméstico e os industriais com capital ainda não consolidado. Em razão disso, este trabalho acompanha o pensamento do economista Wilson Caso, segundo o qual a pertinência da derrocada do regime liga-se, intrinsecamente, ao fortalecimento de novos setores sociais resultantes da crescente complexificação social

A estruturação interna do Exército, em que primeiro e segundo tenentes representavam 65% do corpo de oficiais de carreira, é outro aspecto relevante a ser ressaltado. O que Carvalho interpreta como um engarrafamento no processo de promoção destes oficiais, somado à paulatina redução dos gastos militares e ao contexto inflacionário do período, levam-nos a deduzir que seria este o fator econômico mais relevante que justificava a revolta desse segmento militar. Em função desta colocação que os protagonistas do movimento se encontravam dentro da hierarquia é que levam os estudiosos do assunto a compreenderem o movimento como de classe média, exatamente um dos setores mais impactados pelo encarecimento do custo de vida e da desvalorização cambial.

Os limites do tenentismo e seu consequente esfacelamento na década seguinte se devem, justamente, ao que Carone reconhece como sendo da própria característica do movimento, ou seja, em função da sua imprecisão quanto aos seus objetivos, da falta de coesão, da ausência de programa e do adesismo à demais frações de classes a partir do fim do período isolacionista. Segundo Carone, essas são características, típicas das classes médias e da pequena burguesia, seriam elas, justamente, o motivo de enfraquecimento do movimento ao longo do governo Vargas. Em concordância com a análise que a maioria dos autores aqui mencionados

desenvolvem, a saída da crise da Primeira República passou dos movimentos da pequena burguesia para as alianças das oligarquias dissidentes, tendo estas, assim que chegam ao poder, cooptado os principais líderes tenentistas em ascensão (Carone, 1975, p. 11-14). Assim, enfraqueceram paulatinamente o movimento até que seus representantes se perdessem dentro dos programas de outras classes, como o fascismo integralista, o comunismo operário e o liberalismo dirigente.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. O Positivismo no Brasil: Uma Ideologia de Longa Duração. *In*: PERRONE-MOYSÉS, L (coord.). **Do positivismo à desconstrução: Idéias Francesas na América**. São Paulo: Edusp, 2004. v. 1, cap. 1, p. 17-48.

BUENO, Newton Paulo. A Revolução de 1930. Uma Sugestão Baseada na Nova Economia Institucional. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 435-455, Abril-Junho 2007.

CANO, Wilson. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. **Revista EconomiA**, Brasília, v.13, n.3b, p.897–916, Setembro-Dezembro 2012.

CARONE, Edgard. **O Tenentismo**. São Paulo: Difel. 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.

_____. **A Formação das Almas**. O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. Historiografia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FONSECA, Pedro C. D. A Gênese Regional da “Revolução de 30”. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v.29, n.1 p. 113-127, Janeiro-Março 1999.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A Crise da República Oligárquica no Brasil: As Primeiras Manifestações Tenentistas. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, 1976. vol. 16, n. 6, p. 61-69, Novembro-Dezembro 1976.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. O Breve Século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAZZUCHELLI, Frederico. **Os Anos de Chumbo**. Economia e Política Internacional no Entreguerras. Campinas: Editora UNESP, 2009.

OLIVEIRA, Eliezer. R. O exército e o positivismo: identidade e autonomia política. **Proposições**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 22–29, 2016.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. e SAES, Alexandre Macchione. **História Econômica Geral**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª Edição, 1979.

_____. **O Tenentismo**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto. 1985.

SUZIGAN, Wilson. Política Cambial Brasileira, 1889-1946. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 93-111, Julho-Setembro 1971.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1998.

TOSI, P.G.S e FALEIROS, R.N. O Café no Brasil: Produção e Mercado Mundial na Primeira Metade do Século XX. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 12. E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 13., **Anais [...]**. Niterói: UFF/ABPHE, 2017. p. 1-32.